MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DE CABO VERDE
A TRABALHAR PARA TODOS.

INSP
INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
CABO VERDE

Plano Nacional de Promoção da SAÚDE 2023-2027

PRAIA, MARÇO DE 2023

Ministério da Saúde

INSP INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA CABO VERDE

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE 2023-2027

Praia, Agosto de 2023

Ficha Técnica

Instituto Nacional de Saúde Pública

Maria da Luz Lima

Júlio Monteiro Rodrigues

Elisabete Lima

Vandira Lopes

Fátima Mestre

Regina Rodrigues

Yamila Carvalho

Argentina Fortes

Direção Nacional da Saúde

José Teixeira

Emília Monteiro

Delegacia de Saúde da Praia

Ulardina Furtado

Organização Mundial da Saúde - Cabo Verde

Edith Pereira

Escritório Conjunto: PNUD, UNFPA e UNICEF

Ana Paula Maximiano

One Dress One Smile - ODOS

Janice Helena Silva

Consultoria

Antares Consulting

Apoio financeiro e técnico

Organização Mundial da Saúde
Cabo Verde

Índice

Ficha Técnica 2
Índice de figuras 4
Índice de gráficos 4
Lista de siglas e abreviaturas 5
Prefácio 8
1. Introdução 9
2. A Promoção da Saúde 11
   2.1 Tendências e desafios a nível global 11
   2.2 Planos de ação intersetoriais 14
3. Caracterização do Perfil Sanitário de Cabo Verde 23
   3.1 Caraterísticas demográficas 23
   3.2 Fatores determinantes de saúde e bem-estar 25
4. Contribuições e desafios da Promoção da Saúde em Cabo Verde 35
   4.1 Principais conclusões da implementação do PNPS 2018-2021 35
   4.2 Análise SWOT 36
5. Objetivos do Plano Nacional de Promoção da Saúde 2023-2027 40
   5.1 Princípios orientadores 40
   5.2 Prioridades de atuação 40
6. Eixos estratégicos de intervenção 43
   6.1 Governança 44
   6.2 Multissetorialidade na saúde 48
   6.3 Mobilização e participação social 52
   6.4 Humanização, inclusão e equidade 55
   6.5 Cidadania e literacia em saúde 58
7. Plano de ação e seguimento 60
   7.1 Estratégia de implementação 60
   7.2 Matriz de implementação 63
   7.2.1 Governança 63
   7.2.2 Multissetorialidade na saúde 67
   7.2.3 Mobilização e participação social 73
   7.2.4 Humanização, inclusão e equidade 76
   7.2.5 Cidadania e literacia em saúde 80
8. Anexo – Atividades, Indicadores e Metas para implementação 83
Bibliografia 98
Abordagem metodológica 101

Índice de figuras

Figura 1 – Documentos enquadradores do PNPS 2023-2027.....10
Figura 2 – Modelo de determinantes de saúde [2].....11
Figura 3- Funções essenciais da saúde pública [3].....12
Figura 4 – Marcos relevantes internacionais na Promoção da Saúde 13
Figura 5 - Caraterização demográfica de Cabo Verde e por Ilha, 2021 [32].....23
Figura 6 - Acesso ao sistema de evacuação de águas residuais, por ilha, 2021 [35] 26
Figura 7 - População segundo a categoria de IMC e prevalência da obesidade [40].....30
Figura 8 - Indicadores nacionais relativamente à prática de atividade física, 2022 [41] 31
Figura 9 - Prevalência de tabaco fumado (fumador diário e não diário) nos usuários atuais [40]....31
Figura 10 - Dentição natural e estado de saúde oral da população [40].....33
Figura 11 - População adulta que considerou a tentativa de suicídio nos últimos 12 meses [40] ...33
Figura 12 – Eixos estratégicos do PNPS 2023-2027 41
Figura 13 – Estratégia de implementação do PNPS 2023-2027.....60

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Cronologia de alguns planos e programas elaborados em Cabo Verde desde 2015 .15
Gráfico 2 - Evolução da estrutura etária da população, em Cabo Verde (2010 vs. 2021) [32,33].....24
Gráfico 3 - Evolução da incidência de pobreza, em Cabo Verde (2016-2022) [34] 25
Gráfico 4 - Taxas de população empregada, desempregada e inativa, por ilha, 2021 [32].....25
Gráfico 5 - Nível de instrução da população residente com mais de 4 anos, 2021 [32] 26
Gráfico 6 - Principal modo de evacuação de resíduos sólidos, por ilha, 2021 [36] 27
Gráfico 7 - Alojamentos com água canalizada da rede pública, 2021 [37].....27
Gráfico 8 - Acesso à eletricidade e utilização gás/eletricidade para cozinhar, por ilha, 2021 [38]...28
Gráfico 9 - Casos de VIH e paludismo notificados, 2016 a 2020 [39] 29
Gráfico 10 - População adulta segundo o consumo de bebidas alcoólicas [40].....32

Lista de siglas e abreviaturas

ABPNC	Avaliação de Base da Preparação Nacional para Catástrofes
ADECO	Associação para Defesa do Consumidor
ADVIC	Associação dos deficientes visuais de Cabo Verde
ANAS	Agência Nacional de Água e Saneamento
ANIS	Agenda Nacional de Investigação para a Saúde
ANMCV	Associação Nacional de Municípios Cabo-Verdianos
CCAD	Comissão de Coordenação do Álcool e Outras Drogas
CCS-SIDA	Comité de Coordenação do Combate à SIDA
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CNDHC	Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CVCV	Cruz Vermelha de Cabo Verde
DGASP	Direção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária
DGPOG	Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão
DGSPRS	Direção Geral dos Serviços Prisionais e Reinserção Social
DNA	Direção Nacional do Ambiente
DNE	Direção Nacional de Educação
DNP	Direção Nacional do Planeamento
DNS	Direção Nacional de Saúde
ECV	Escudos Cabo-verdianos
ENSAN	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
ERIS	Entidade Reguladora Independente da Saúde
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FICASE	Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar
GTCIS	Gabinete de Tecnologia, Comunicação e Informação em Saúde
ICIEG	Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IDJ	Instituto do Desporto e da Juventude

IGT	Inspeção Geral do Trabalho
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
INSP	Instituto Nacional de Saúde Pública
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
MAI	Ministério da Administração Interna
MAPME	Ministério da Administração Pública e Modernização do Estado
MCIC	Ministério da Cultura e Indústrias Criativas
ME	Ministério da Educação
M.E. Digital	Ministério da Economia Digital
MEM	Ministério da Economia Marítima
MFEF	Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial
MFIDS	Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social
MICE	Ministério da Indústria, Comércio e Energia
MIOTH	Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação
MJ	Ministério da Justiça
MORABI	Associação Cabo-verdiana de Autopromoção da mulher
MS	Ministério da Saúde
MTT	Ministério do Turismo e Transportes
NCNPS	Núcleo de Coordenação Nacional da Promoção da Saúde
NOSI	Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUDC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
ONU Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
OOAS	Organização Oeste Africana da Saúde
PANLRA	Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Resistência Antimicrobiana
PECS	Plano Estratégico de Cooperação em Saúde
PECS-CV	Plano Estratégico Cidades Saudáveis de Cabo Verde

PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PEINC	Plano Estratégico da Instância de Coordenação da Abordagem "Uma Só Saúde"
PEINSP	Plano Estratégico do INSP
PEMCPLA	Plano Estratégico Multissetorial de Combate aos Problemas Ligados ao Álcool
PENAS	Plano Estratégico de Água e Saneamento
PENCT	Plano Estratégico Nacional para o Controlo do Tabaco
PENEASI	Plano Estratégico Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saúde do Idoso
PENGR	Plano Estratégico Nacional de Gestão de Resíduos
PENL-VIH/SIDA	Plano Estratégico Nacional e Luta Contra o VIH/ SIDA
PENSICA	Plano Estratégico Nacional para a Saúde Integral da Criança e do Adolescente
PENSM	Plano Estratégico Nacional para a Saúde Mental
PIB	Produto Interno Bruto
PMPCDNT	Plano Multissetorial para a prevenção e controlo de Doenças Não Transmissíveis
PNADHC	Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania
PNAN	Plano Nacional de Alimentação e Nutrição
PNASS	Plano Nacional de Ação para a Segurança Sanitária de Cabo Verde
PNDS	Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário
PNIG	Plano Nacional para a igualdade de Género
PNILDCC	Programa Nacional integrado de luta contra Drogas e Crimes Conexos
PNPS	Plano Nacional de Promoção da Saúde
PNRSDSP	Programa Nacional de Reinserção Social de Dependentes de Substâncias Psicoativas
PNSO	Plano Nacional de Saúde Oral
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RTC	Radiotelevisão Cabo-verdiana
SNSAN	Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional
TCV	Televisão Cabo-verdiana
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNTC-CS	União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana

Prefácio

Promovendo Saúde Integral: Uma Estratégia Global e Multissetorial

No cenário global atual, a promoção da saúde emerge como um pilar estratégico essencial, ocupando um lugar de destaque nas agendas e políticas governamentais. Este reconhecimento global reflete um consenso sobre a importância vital da promoção da saúde, como força motriz na transformação dos paradigmas de saúde e na sustentação da viabilidade dos sistemas de saúde.

Entendemos a promoção da saúde, não apenas como um processo simplista, mas como uma abordagem complexa e abrangente que busca aumentar a capacidade do indivíduo e da comunidade para gerir sua própria saúde e bem-estar. Este conceito transcende a mera prestação de cuidados de saúde, envolvendo a adoção de comportamentos e estilos de vida que respeitem as condições físicas e psicológicas individuais. Tal abordagem não se limita ao setor de saúde; ela é multissetorial, incorporando uma variedade de fatores pessoais, sociais, econômicos e ambientais que impactam diretamente a saúde das pessoas e comunidades.

Em resposta a esse desafio complexo, Cabo Verde tem se dedicado à Promoção da Saúde, desenvolvendo, ao longo dos últimos anos, Planos Nacionais e Estratégias Multissetoriais. Estes esforços estão alinhados com o Programa do Governo 2021-2026, que prioriza a promoção da saúde e a adoção de estilos de vida saudáveis.

O Plano Nacional de Promoção da Saúde 2023-2027, apoiado pelo mais alto nível de governança nacional, representa um marco estratégico para os próximos anos, estabelecendo-se como um referencial para políticas e ações a serem adotadas por diversos setores e agentes. O desafio que enfrentamos agora é transformar estratégias em resultados concretos, buscando uma melhoria tangível na saúde dos indivíduos e do país como um todo. Estou confiante de que, com o compromisso do Governo e o apoio de todos, alcançaremos este objetivo.

Em nome do Governo de Cabo Verde, expresso minha gratidão a todos os envolvidos na elaboração do PNPS 2023-2027 e reafirmo nosso compromisso com a sua implementação efetiva.

A Ministra da Saúde
Dra Filomena Gonçalves

1. Introdução

O Plano Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) tem como objetivo constituir-se como um documento estratégico de referência nacional em matéria de promoção da saúde, orientador das políticas e ações a desenvolver pelos diversos setores e intervenientes.

Enquadrado na sua missão, o Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP) prossegue a materialização do estabelecido no Programa do Governo 2021-2026, segundo o qual o "Governo estimulará ações de promoção da saúde e de estilos de vida saudável, prevenção de doenças e campanhas de comunicação e sensibilização, melhoria do controlo da epidemia do Tabaco e a prevenção de doenças provocadas pelo alcoolismo, com foco nas populações vulneráveis, garantindo o acesso e a cobertura universal em saúde a todos os cabo-verdianos".

No sentido de dar cumprimento a estas diretivas e em alinhamento com o seu Plano Estratégico 2023-2027, o INSP tem desempenhado um papel crucial na promoção da saúde em Cabo Verde, nomeadamente através do desenvolvimento e dinamização de projetos, do impulso multissetorial e da mobilização de parceiros e recursos.

De referir o significativo alcance, em articulação com os parceiros do INSP, dos objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) 2018-2021, cuja avaliação remete para um nível de cumprimento global superior a 70%.

Num contexto de continuidade das ações iniciadas no PNPS do período anterior, bem como no sentido de contribuir para a resposta a novos desafios e necessidades no âmbito da promoção da saúde, o Plano Nacional de Promoção da Saúde 2023-2027 deverá estabelecer os objetivos estratégicos e as principais prioridades para os próximos 5 anos, tendo em conta a realidade macroeconómica, política, demográfica e social do país.

O PNPS 2023-2027 deverá assim, constituir-se num verdadeiro documento de referência no âmbito da concretização da política de saúde no país, pela sua natureza transversal e multissetorial, elaborado com a participação dos diversos setores e *stakeholders*, os quais serão igualmente essenciais na implementação das iniciativas previstas neste Plano.

O PNPS 2023-2027 foi elaborado com a participação ativa e respetivos contributos dos diversos *stakeholders*, tendo em vista ser um documento multissetorial de todos e para todos, constituindo-se como uma verdadeira orientação estratégica em matéria de promoção da saúde para Cabo Verde nos próximos anos.

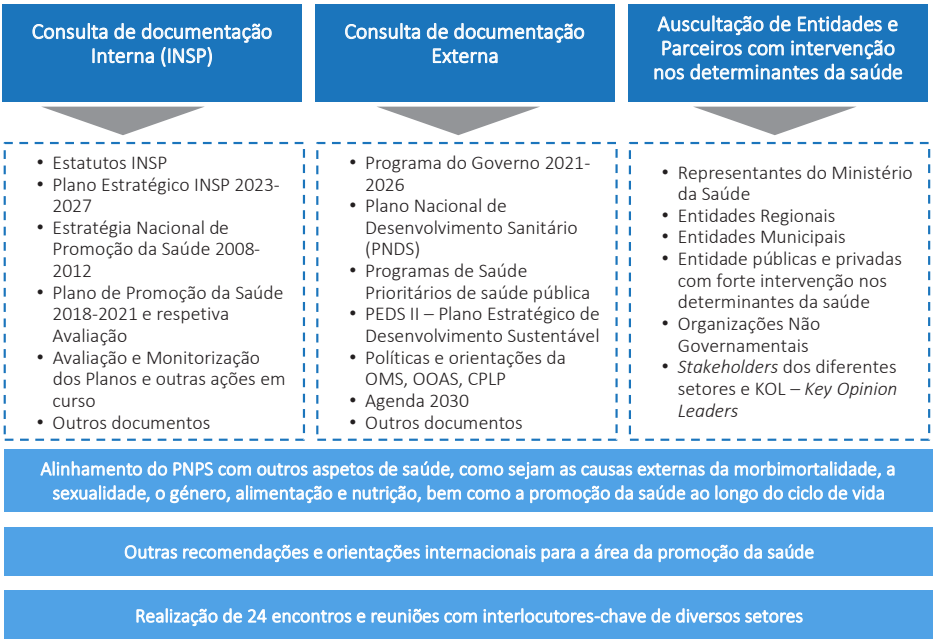
O PNPS 2023-2027 encontra-se organizado da seguinte forma:

- Capítulo 1, constituído pela presente introdução, reflete a organização do documento e a abordagem metodológica adotada na realização do Plano;
- Capítulo 2, integrando as orientações e políticas de promoção da saúde a nível nacional e internacional;

- Capítulo 3, formado por uma breve caraterização do Perfil Sanitário de Cabo Verde, incluindo indicadores relevantes em matéria de saúde e seus determinantes;
- Capítulo 4, composto pelas contribuições e principais desafios da promoção da saúde em Cabo Verde;
- Capítulo 5, estabelecendo os princípios orientadores e prioridades de atuação do PNPS 2023-2027;
- Capítulo 6, constituído pelos eixos estratégicos de intervenção e principais iniciativas para a sua concretização;
- Capítulo 7, correspondente ao plano de ação e implementação, é constituído pela estratégia e matriz de implementação;
- Em anexo são apresentados os detalhes dos indicadores de implementação, metas e estimativa orçamental do PNPS 2023-2027.

Tendo em vista o alinhamento do PNPS 2023-2027 com as políticas de promoção da saúde e com as principais iniciativas desenvolvidas neste âmbito, foi também considerado no seu desenvolvimento um conjunto de documentos estratégicos nacionais e internacionais, tendo-se também auscultado entidades de diversos setores com intervenção na saúde e seus determinantes.

Figura 1 – Documentos enquadradores do PNPS 2023-2027



2. A Promoção da Saúde

2.1 Tendências e desafios a nível global

A promoção da saúde, de uma forma sucinta, é o processo que permite aumentar a capacidade dos indivíduos e das comunidades para controlarem a sua saúde.

Para alcançar um estado de completo bem-estar físico, mental e social, um indivíduo ou uma comunidade deve ser capaz de identificar e realizar aspirações, satisfazer necessidades e mudar ou lidar com o ambiente. A promoção da saúde integra uma visão abrangente e holística convergente com a definição da saúde da OMS enquanto "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou de enfermidade".[1]

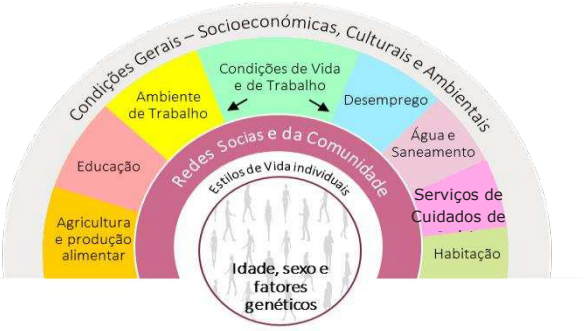
A promoção da saúde não é uma responsabilidade apenas do setor da saúde. A sua abrangência é multissetorial, envolvendo um conjunto de fatores pessoais, sociais, económicos e ambientais que influenciam, de forma direta e indireta, a saúde e bem-estar dos indivíduos ou das comunidades designados por determinantes da saúde.

A OMS refere-se aos determinantes sociais da saúde enquanto condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, e que são influenciadas pela distribuição de poder e recursos a nível global, nacional e local.

Nos últimos anos têm sido desenvolvidos, a nível internacional, diversos modelos de determinantes de saúde que apresentam como caraterística comum a multissetorialidade e a integração das políticas de saúde pública.

Refira-se, a título de exemplo, Dahlgren e Whitehead, que propuseram um modelo concêntrico em que consideram as condições socioeconómicas, culturais e ambientais gerais, as condições de vida e de trabalho, as redes sociais e comunitárias, os estilos de vida e os fatores biológicos.[2] A camada externa refere-se aos macro determinantes e a interna aos determinantes individuais, constituindo-se uma cadeia de relações que se influenciam mutuamente. Os indivíduos estão no centro do modelo, com as suas características individuais, sobre as quais se pode exercer um reduzido controlo.

Figura 2 – Modelo de determinantes de saúde [2]



Importa também considerar as orientações da OMS em termos das funções essenciais de saúde pública para enfrentar novos desafios, no sentido de fornecer serviços e ações de qualidade, para avançar rumo à saúde universal, assente em 4 pilares: Acesso, Alocação de Recursos, Políticas de Desenvolvimento e Avaliação.

A este propósito, destaca-se no pilar Acesso a importância da promoção da saúde e a ação sobre os determinantes de saúde, como funções essenciais a serem trabalhadas e dinamizadas pelos institutos de saúde pública dos diferentes países.

Figura 3- Funções essenciais da saúde pública [3]

A Declaração de Alma-Ata, no final da década de setenta (1978), constituiu um marco essencial na promoção da saúde, na medida em que a saúde foi reconhecida pela primeira vez como um objetivo social no qual os governos devem investir, sendo a participação simultaneamente um direito e um dever dos intervenientes.[4]

Neste contexto, a promoção da saúde tem vindo progressivamente a assumir uma importância crescente a nível global e a constituir-se o tema central de conferências internacionais no âmbito da saúde:

Figura 4 – Marcos relevantes internacionais na Promoção da Saúde

Na 10ª Conferência Global em Promoção da Saúde (online, 2021) – **Promoção da Saúde para o bem-estar, equidade e desenvolvimento sustentável,** a Organização Mundial da Saúde colocou o bem-estar como o tema principal de uma conferência global, incidindo sobre as contribuições da promoção da saúde no bem-estar das pessoas, do planeta e na prosperidade.

Da conferência resultou **a Carta de Genebra para o bem-estar**, que se baseia na Carta de Ottawa e no legado das nove conferências globais anteriores.[5]

A Carta de Genebra endereça 5 principais desafios:

- Desenhar uma economia equitativa que permita o desenvolvimento humano, respeitando os limites planetários;
- Criar políticas públicas que promovam o bem--estar comum;
- Adquirir cobertura nacional para a saúde;
- Abordar a transformação digital por forma a neutralizar danos e a fortalecer os respetivos benefícios;
- Valorizar e preservar o planeta.

10th Global Conference on Health Promotion

Neste contexto, os governos têm vindo a valorizar e a colocar a Promoção da Saúde como uma prioridade nas agendas políticas nacionais, sendo considerada essencial para o desenvolvimento sustentável e para o alcance dos ODS, numa abordagem holística e multissetorial que inclui as seguintes áreas fundamentais:

Boa Governança para a saúde

A promoção da saúde requer que os decisores políticos nos vários níveis governamentais sigam uma linha central de política governamental. Neste sentido, devem ser tidas em conta as implicações na saúde em todas as decisões e priorizadas as políticas para prevenção da doença e proteção de acidentes e danos pessoais.[6]

Estas políticas devem ser acompanhadas por regulamentações que combinem incentivos do setor privado e objetivos de saúde pública. Por exemplo, ajustar as taxas de produtos nocivos, ou não saudáveis, como o álcool, o tabaco, e produtos alimentares compostos maioritariamente por sal, açúcar e gordura, enquanto são também postas em prática medidas que impulsionem o comércio noutras áreas. Deverão ser também acompanhadas por legislação que incentive uma urbanização saudável, criando cidades seguras e tranquilas, reduzindo a poluição atmosférica e da água e impondo a utilização de equipamentos de proteção e segurança.

Cidades Saudáveis

As cidades têm um papel fulcral na promoção da saúde. A existência de uma forte liderança e empenho ao nível municipal é essencial para um planeamento urbano saudável e para criar medidas preventivas nas comunidades e em estruturas de cuidados de saúde primários. As cidades saudáveis constituem o elemento estruturante para a passagem a países saudáveis, e, consequentemente, a um mundo mais saudável.[6]

Literacia em Saúde

No âmbito da Literacia, as orientações apontam para que as pessoas adquiram o conhecimento, competências e informação para tomarem escolhas saudáveis, como a comida que ingerem e os cuidados de saúde de que precisam, sendo necessário proporcionar-lhes as oportunidades para tomarem essas escolhas, bem como a informação de que estão num ambiente no qual podem exigir mais políticas e ações que possam melhorar a sua saúde.[6]

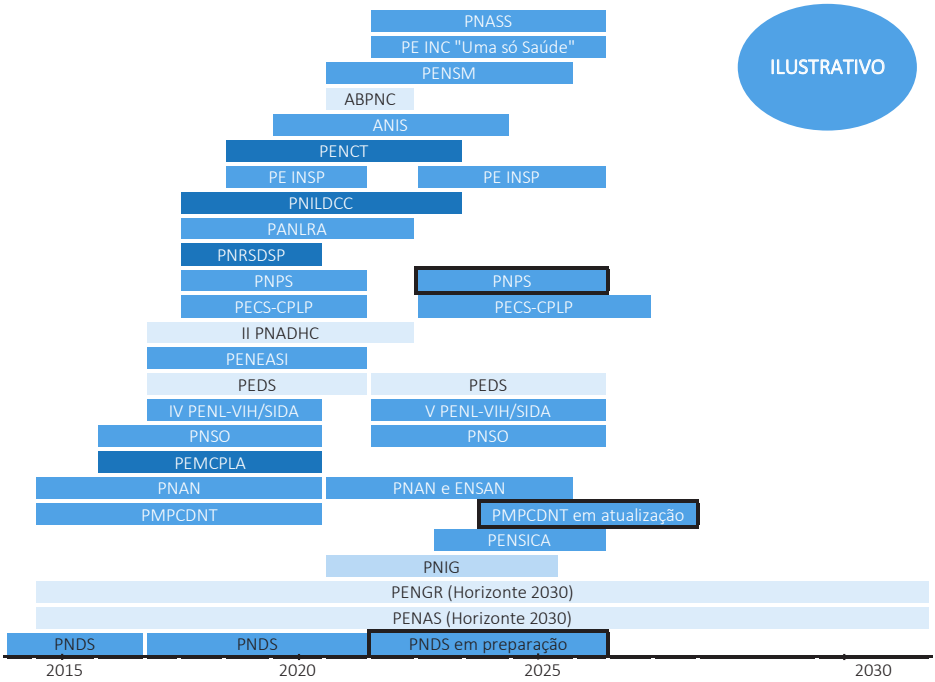
2.2 Planos de ação intersetoriais

A promoção da saúde é hoje comummente entendida como uma área de intervenção necessária e essencial para a melhoria da saúde e bem-estar da população e para a sustentabilidade a longo prazo dos sistemas nacionais de saúde, numa perspetiva abrangente e com a participação dos diversos setores.

Em coerência com as orientações e políticas internacionais, Cabo Verde tem desenvolvido desde 2012, e de forma consecutiva, os seus Planos Nacionais de Promoção de Saúde, e contribuído para dinamizar a intervenção dos diferentes setores na atuação da promoção da saúde, nomeadamente através da elaboração de diversos Planos com impacto na promoção da saúde, abrangendo diferentes setores e temáticas de natureza setorial e transversal.

No gráfico seguinte apresenta-se, de forma não exaustiva, um conjunto de Planos Estratégicos elaborados desde 2015 em Cabo Verde, que permitem ilustrar a abrangência e a orientação dos diversos setores na definição de políticas e orientações de forma consistente, com impacto na promoção da saúde, nomeadamente no âmbito das dependências de substâncias aditivas, saúde e ambiente.

Gráfico 1 – Cronologia de alguns planos e programas elaborados em Cabo Verde desde 2015



Relativos a Substâncias Aditivas

Planos Relativos a Questões Sanitárias e de Saúde

Planos Relativos a Questões Ambientais

Planos no âmbito de Substâncias Aditivas

- PENCT – Plano Estratégico Nacional para o Controlo do Tabaco
- PNILDCC – Programa Nacional Integrado de Luta contra Drogas e Crimes Conexos
- PNRSDSP – Programa Nacional de Reinserção Social de Dependentes de Substâncias Psicoativas
- PEMCPLA – Plano Estratégico Multissetorial de Combate aos Problemas Ligados ao Álcool

Planos no âmbito Sanitário e de Saúde

- PNASS – Plano Nacional de Ação para a Segurança Sanitária de Cabo Verde
- PNDS – Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário
- PE INC "Uma Só Saúde" – Plano Estratégico da Instância de Coordenação da Abordagem "Uma só Saúde" em Cabo Verde
- PENSM – Plano Estratégico Nacional para a Saúde Mental
- ANIS – Agenda Nacional de Investigação para a Saúde
- PE INSP – Plano Estratégico do INSP
- PANLRA – Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Resistência Antimicrobiana
- PNPS – Plano Nacional de Promoção da Saúde
- PECS-CPLP – Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP
- PENEASI – Plano Estratégico Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saúde do Idoso
- PENL-VIH/SIDA – Plano Estratégico Nacional de Luta contra o VIH/SIDA
- PNSO – Plano Nacional de Saúde Oral
- PNAN – Plano Nacional de Alimentação e Nutrição
- ENSAN - Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- PMPCDNT – Plano Multissetorial para a prevenção e controlo de doenças não transmissíveis
- PENSICA – Plano Estratégico Nacional para a Saúde Integral da Criança e do Adolescente
- PNIG – Plano Nacional para a igualdade de género

Planos no âmbito Ambiental

- ABPNC – Avaliação de Base da Preparação Nacional para Catástrofes
- PNADHC – Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania
- PEDS – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
- PENGR – Plano Estratégico Nacional de Gestão de Resíduos
- PENAS – Plano Estratégico de Água e Saneamento

Apresentam-se a seguir os principais objetivos e áreas de atuação nos diversos planos, que pretendem evidenciar a transversalidade e abrangência das intervenções que contribuirão direta e indiretamente para a promoção da saúde no país.

PENCT – Plano Estratégico Nacional para o Controlo do Tabaco 2019-2023

O objetivo geral do Plano Estratégico Nacional para o Controlo do Tabaco é proteger as gerações presentes e futuras do tabagismo pelo reforço da Convenção-Quadro da OMS para o Controlo do Tabaco em Cabo Verde, com os seguintes objetivos específicos anuais: (i) assegurar a redução de 0,5% da taxa de iniciação tabágica, entre crianças e jovens; (ii) garantir a redução de 0,5% da taxa de prevalência do consumo do tabaco na população adulta; (iii) reduzir a exposição ao fumo de segunda mão, em 5%; (iv) reduzir a oferta (lícita e ilícita) de produtos do tabaco, em 3%; (v) alocar 15% do valor arrecadado dos impostos sobre os produtos do trabalho ao Programa de Controlo do Tabaco.[7]

PNILDCC – Programa Nacional Integrado de Luta contra Drogas e Crimes Conexos 2018-2023

Os objetivos gerais do Programa Nacional Integrado de Luta contra Drogas e Crimes Conexos consistem em (i) consolidar os avanços na luta contra a droga e o crime; (ii) melhorar a capacidade de resposta das instituições nacionais na redução da procura, oferta de drogas, combate aos tráficos ilícitos e crime organizado; (iii) reforçar a integridade da justiça, prevenção do crime e o sistema de justiça penal. As grandes áreas endereçadas neste programa são a comunicação e articulação institucional, o engajamento da família e da sociedade civil, bem como a legislação e fiscalização, assente nos seguintes pilares específicos: [8]

- Pesquisa científica e prevenção;
- Cuidados, tratamento e reinserção social;
- Redução de risco e minimização de danos;
- Combate ao tráfico ilícito, crime organizado e terrorismo;
- Integridade e reforço do sistema de justiça criminal.

PNRSDSP – Programa Nacional de Reinserção Social de Dependentes de Substâncias Psicoativas (2017-2020)

Este programa teve como objetivo geral - contribuir para uma efetiva reinserção social de pessoas dependentes de substâncias psicoativas, através da criação de um ambiente institucional e social que favoreça a articulação e respostas adequadas, eficazes e harmoniosas e em respeito aos direitos e à dignidade humana. Assim, pretendeu-se (i) criar mecanismos e programas institucionais de inclusão e reinserção social dos dependentes de substâncias psicoativas; (ii) promover intervenções integradas e complementares; (iii) desenvolver ações de emancipação/empoderamento dos dependentes de substâncias psicoativas, bem como as suas capacidades pessoais e sociais e a criação de um suporte continuado a médio e longo prazo, (iv) definir normas e procedimentos de articulação que facilitem a reinserção social dos indivíduos em recuperação. [9]

PEMCPLA – Plano Estratégico Multissetorial de Combate aos Problemas Ligados ao Álcool 2016-2020

O Plano Estratégico multissetorial de Combate aos Problemas Ligados ao Álcool pretende orientar as intervenções dos vários setores relacionados com os problemas ligados ao álcool em todas as vertentes, desde a produção, a distribuição, a legislação, o consumo, à publicidade do álcool e aos cuidados de saúde relacionados com o uso abusivo do álcool e as dependências. Os objetivos gerais do plano são: (i) definir intervenções adequadas aos problemas ligados ao álcool, dando ênfase na ação multissetorial; (ii) definir os indicadores de resultado que auxiliem as políticas de intervenção dos PLA nos domínios mais pertinentes e (iii) estabelecer mecanismos necessários de modo a proteger a população, nomeadamente mulheres e crianças.[10]

PNASS – Plano Nacional de Ação para a Segurança Sanitária de Cabo Verde 2022-2026

O objetivo geral do Plano Nacional de Ação para a Segurança Sanitária de Cabo Verde é reduzir a morbilidade, a mortalidade e consequências socioeconómicas negativas resultantes de ameaças à saúde pública. Este Plano pretende (i) fortalecer e manter a capacidade do país em prevenir e detetar atempadamente as ameaças à saúde pública; (ii) reforçar e manter a capacidade nacional de responder rapidamente às ameaças à saúde pública; (iii) dar respostas ajustadas a situações de crise relacionadas com emergências de saúde pública causadas por surtos epidémicos e catástrofes naturais, com vista à reposição da normalidade; (iv) alinhar todas as atividades com a abordagem de "Uma só Saúde" por forma a reforçar o sistema de saúde a todos os níveis; (v) fortalecer e manter os mecanismos de colaboração e coordenação intersectorial para implementação do PNASS, por meio da aplicação de abordagens multissetoriais; (vi) mapear as fontes de financiamento existentes e potenciais parceiros para apoiar a execução do plano de ação nacional; (vii) reforçar o quadro institucional e regulamentar para apoio da implementação do PNASS. [11]

PNDS – Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2017-2021

O Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário, no período de 2017-2021, desenvolvido no seguimento do PNDS 2012-2016, contém um conjunto de eixos estratégicos e iniciativas para melhorar a saúde da população de Cabo Verde, contribuindo de forma acentuada para o acesso universal e equitativo aos diferentes níveis de cuidados, com elevado nível de humanização, assim como para preservar a segurança e servir as populações vulneráveis, potenciando a saúde de todos em todas as políticas. Os eixos estratégicos deste plano incluem (i) a reorientação do modelo de governança para resultados em saúde e bem-estar; (ii) a promoção da saúde e melhoria da prestação de cuidados; (iii) o desenvolvimento dos recursos humanos; (iv) a investigação; (v) a reorganização estratégica das infraestruturas e equipamentos; (vi) o desenvolvimento do setor farmacêutico; (vii) o reforço do sistema de saúde digital; (viii) o acesso ao sistema de saúde e sustentabilidade financeira do setor e (ix) a promoção da cooperação e atuação intersectorial. [12]

PE INC "Uma Só Saúde" – Plano Estratégico da Instância Nacional de Coordenação da Abordagem "Uma só Saúde" em Cabo Verde 2022-2026

O Plano Estratégico da INC está construído para contribuir para alavancar as ações prioritárias da Instância Nacional de Coordenação relacionadas com a prevenção, deteção e resposta de doenças de potencial zoonótico, incluindo a segurança dos alimentos e a luta contra a resistência aos antimicrobianos. Este plano incide em áreas como: (i) mecanismo de coordenação da INC; (ii)

Doenças prioritárias (Zoonoses); (iii) Segurança sanitária dos alimentos; (iv) resistência aos antimicrobianos; (v) vigilância ambiental e (vi) sistemas de informação e comunicação. [13]

PENSM – Plano Estratégico Nacional para a Saúde Mental 2021-2025

O PENSM 2021-2025 inclui um conjunto de eixos estratégicos, de acordo com as principais linhas de orientação para a Saúde Mental no âmbito do desenvolvimento da criança, do adolescente e do adulto, dos serviços de Saúde Mental, da Reabilitação Psicossocial, da Formação e Investigação.

Este plano manifesta ainda a necessidade de dotar o país de estratégias para dar melhores respostas em matéria de prevenção do suicídio, o que deu origem à realização de um *workshop* nacional, em novembro de 2022, para a elaboração da estratégia nacional para a prevenção do suicídio, a qual apresenta algumas estratégias de intervenções efetivas, tais como: (i) limitar o acesso aos meios de suicídio; (ii) sensibilizar sobre o problema, através de reportagens responsáveis sobre a temática e (iii) identificar de forma mais precoce o problema, avaliar, cuidar e monitorizar os afetados por comportamentos suicidas. [14]

ANIS – Agenda Nacional de Investigação para a Saúde 2020-2024

O objetivo geral da Agenda Nacional de Investigação para a Saúde no período 2020-2024 é promover e desenvolver um sistema nacional de investigação, para a produção de conhecimento em saúde e subsidiar a tomada de decisões. Apresenta os seguintes objetivos específicos: (i) elaborar linhas orientadoras específicas de investigação para cada prioridade de saúde e problema organizacional e funcional; (ii) obter um melhor envolvimento de outros parceiros, além da saúde, na investigação, nomeadamente Universidades, Institutos, outros Departamentos Governamentais, ONGs, etc.; (iii) facilitar o processo de diálogo com os parceiros nacionais e internacionais na procura de financiamento para a investigação; (iv) apoiar o processo de financiamento e mobilização de recursos para a investigação em saúde; (v) facilitar a implicação de profissionais na investigação para a saúde; (vi) orientar os académicos na escolha de temas de investigação que respondam a necessidades em saúde em Cabo Verde. [15]

PE INSP – Plano Estratégico do INSP 2023-2027

O Plano Estratégico do INSP para 2023-2027 corresponde a uma evolução do Plano anterior e assenta em 5 eixos estratégicos: (i) Ciência, Inovação e Formação em Saúde; (ii) Promoção da Saúde e Comunicação do Risco; (iii) Valorização do Capital Humano, Infraestruturas e Tecnologia; (iv) Cooperação Nacional e Internacional e (v) Vigilância em Saúde Pública.

PANLRA – Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Resistência Antimicrobiana 2018-2022

O Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Resistência Antimicrobiana tem como objetivo principal o estabelecimento de ações de prevenção e o controlo da resistência antimicrobiana no país e foi elaborado com base nos eixos estratégicos do Plano de Ação Mundial da OMS. Os eixos estratégicos do plano mundial, transpostos para o nacional, são os seguintes: [16]

- Aumentar a conscientização e a compreensão da resistência antimicrobiana, através de comunicações, de educação e treinamento efetivos;
- Fortalecer o conhecimento e as evidências através da monitorização e pesquisa;
- Reduzir a incidência de infeções através de medidas eficazes de saneamento, higiene e prevenção de infeções;

- Otimizar o uso de drogas antimicrobianas na saúde humana e animal;
- Preparar argumentos económicos voltados para um investimento sustentável e aumentar os investimentos em novos medicamentos, meios diagnósticos e vacinas e em outras intervenções.

PNPS – Plano Nacional de Promoção de Saúde 2018-2021

O objetivo da Promoção de Saúde é aumentar a capacidade dos indivíduos e das comunidades para controlarem a sua saúde, abrangendo intervenções sociais e ambientais destinadas a beneficiar a saúde e a qualidade de vida. O PNPS 2018-2021 antecedeu o presente plano e apresentou como áreas prioritárias a promoção da alimentação saudável, da atividade física e da cidadania e do desenvolvimento sustentável, bem como a prevenção e controlo do consumo abusivo de álcool, consumo de tabaco e de outras substâncias psicoativas, prevenção e controlo da infeção VIH/SIDA e prevenção e comunicação de riscos em situações de emergência. [17]

PECS-CPLP – Plano Estratégico de Cooperação Em Saúde da CPLP 2023-2027

O Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP surge na continuidade do PECS_CPLP 2018-2021 e representa um compromisso coletivo de cooperação horizontal e estruturante entre os Estados-Membros da CPLP no setor da saúde. Trata-se de um mecanismo inovador, abrangente e integrador de sinergias no âmbito da Saúde nos Estados-Membros da CPLP. Abrange 6 eixos estratégicos: (i) Formação e Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde; (ii) sistemas Nacionais de Saúde; (iii) Informação e Comunicação em Saúde; (iv) Investigação em Saúde e Bioética; (v) Monitorização e Análise da situação de saúde e do cumprimento dos ODS; (vi) Vigilância, Resposta e Prontidão para Emergências.[18]

PENEASI – Plano Estratégico Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saúde do Idoso 2017-2021

O objetivo geral do Plano Estratégico Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saúde do Idoso para o período de 2017-2021 foi garantir ao cidadão cabo-verdiano a excelência na gestão do cuidado em saúde, ao longo de todo o ciclo da vida. Para tal, incluiu a promoção da cobertura do sistema de saúde no que se refere ao processo de envelhecimento e aos cuidados específicos com a velhice, qualificando o atendimento à saúde da população cabo-verdiana desde o pré-natal até à velhice, e ainda contribuir para a criação de condições, visando a sustentabilidade do sistema de segurança social face às perspetivas de envelhecimento da população no país e em cada ilha do arquipélago.[19]

PENL-VIH/SIDA – V Plano Estratégico Nacional de Luta contra o VIH/SIDA 2022-2026

O V Plano Estratégico Nacional de Luta contra o VIH/SIDA define como objetivos principais a redução de 2/3 do número de novas infeções por VIH, a redução da transmissão vertical do VIH para menos de 2%, por forma a obter a certificação da eliminação em 2023, e ainda a redução da incidência das infeções pediátricas pelo VIH devido à transmissão vertical para menos de 10 casos por 100.000 nados-vivos, assente em 3 eixos estratégicos: (i) Reforçar a gestão de informação sanitária para orientar o desenvolvimento de políticas e programação baseadas em provas; (ii) Oferecer serviços baseados em evidências centrados nas pessoas; (iii) Otimizar sistemas, setores e parcerias para aumentar o impacte.[20]

PNSO – Plano Nacional de Saúde Oral 2022-2026

O Plano Estratégico de Saúde Oral 2022-2026 surge na continuidade do PNSO 2016-2020 e visa reforçar a educação e promoção da saúde oral e reorganizar os Serviços a nível da rede de atenção primária, de forma a garantir o acesso da população aos cuidados odontológicos adequados em Cabo Verde. Assim, o seu objetivo geral é melhorar a saúde oral da população ao longo da vida e o acesso a cuidados de qualidade, integrais e equitativos, garantindo uma liderança e governança claras e uma participação ativa de todos os parceiros do Programa Nacional de Saúde Oral. [21]

PNAN – Plano Nacional de Alimentação e Nutrição 2021-2025 e Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O PNAN 2021-2025 surge na sequência da avaliação do PNAN 2015-2020. Os seus objetivos específicos estão relacionados com a Educação Alimentar e Nutricional, a prevenção e tratamento de distúrbios nutricionais, o reforço de políticas relacionadas com o consumo de alimentos seguros e saudáveis, de modo a garantir a equidade no acesso aos serviços de nutrição à população e a reforçar a vigilância alimentar e nutricional.

O PNAN enquadra-se na Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) das Comunidades dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), do respetivo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, a qual tem como objetivo assegurar o acesso permanente e estável da população a uma alimentação suficiente, saudável, nutritiva e segura, através dos 5 objetivos estratégicos seguintes: (i) Reforçar o quadro legislativo e institucional para consolidar a segurança alimentar e nutricional; (ii) Contribuir para a melhoria das condições de acesso à água, ao saneamento básico e outros componentes de bem-estar pelos agregados familiares; (iii) Aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens; (iv) Melhorar o rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos; (v) Desenvolver ações de prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, suplementação, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos alimentares saudáveis.[22]

PMPCDNT – Plano Multissetorial para a prevenção e controlo de doenças não transmissíveis 2015-2020

O Plano de Ação para Prevenção e Controlo das DNT 2015-2020 visa a integração das diferentes instituições e entidades para a criação de um ambiente favorável que permita minimizar (e/ou eliminar) a exposição aos fatores de risco e ainda garantir o acesso aos cuidados de saúde às pessoas que deles necessitam. Este Plano encontra-se em atualização para o período 2024-2028.[23]

PENSICA – Plano Estratégico Nacional para a Saúde Integral da Criança e do Adolescente 2023-2026

O Plano Estratégico Nacional para a Saúde Integral da Criança e do Adolescente está enquadrado na política de atenção na pessoa ao longo de todo o ciclo de vida, sendo neste caso o seu objetivo principal a proteção e a promoção da saúde e do bem-estar das crianças e dos adolescentes desde a nascença, passando pelas diferentes fases da infância e na adolescência até aos 19 anos. Este Plano visa enfatizar a humanização da prestação de cuidados através da promoção de um

atendimento transversal e integral ao longo do desenvolvimento desta camada populacional, indo de encontro às suas necessidades específicas.[24]

PNIG – Plano Nacional de Igualdade de Género 2021-2025

O PNIG representa a visão estratégica para alcançar a igualdade de género e assenta em 3 eixos prioritários: (i) a produtividade e o desenvolvimento da autonomia económica das mulheres; (ii) a Autonomia do Corpo, à base da emancipação e (iii) a Autonomia na tomada de decisões e o aprofundamento da democracia.[25]

ABPNC – Avaliação de Base da Preparação Nacional para Catástrofes, Pacific Disaster Center

A Avaliação de Base da Preparação Nacional para Catástrofes desenvolvida pelo Pacific Disaster Center foi desenvolvida tendo em vista a priorização mais eficaz das iniciativas de redução de riscos e resiliência em Cabo Verde, em seis grandes domínios: (i) Acordos Institucionais; (ii) Habilitação Ambiental; (iii) Mecanismos de Governação de Desastres; (iv) Capacidades e Recursos; (v) Desenvolvimento de Capacidades e (vi) Comunicação e Gestão da Informação.[26]

PNADHC – II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania 2017-2022

O II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania organiza-se num conjunto de diretrizes para a implementação de uma estratégia nacional em termos de: (i) educação para os direitos humanos a partir das políticas setoriais existentes; (ii) disseminação de uma cultura de direitos humanos na administração pública cabo-verdiana, em especial entre os servidores públicos da justiça e do sistema de segurança; (iii) eleger os Direitos Humanos numa das linhas orientadoras da ação externa e interna de Cabo Verde; (iv) reforçar a estrutura de tutela e de defesa dos Direitos Humanos e fundamentais; (v) promover a divulgação e reforçar a utilização dos meios de tutela e de defesa dos direitos fundamentais; (vi) promover o acesso à informação jurídica, aos tribunais e a meios extrajudiciários de proteção de direitos e interesses legítimos a todos os cidadãos; (vii) garantir uma tutela jurisdicional efetiva e célere.[27]

PEDS – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026

O PEDS 2022-2026 surge na continuidade do PEDS 2017-2021. Com este Plano o Governo pretende, até 2026, alcançar uma democracia avançada, uma economia dinâmica em digitalização e diversificação, uma Nação inclusiva, integrada na CEDEAO, com prosperidade compartilhada e elevado prestígio internacional. Este plano estratégico assenta em 4 pilares: (i) Economia, (ii) Social, (iii) Ambiente e (iv) Soberania.[28]

PENGR – Plano Estratégico Nacional de Gestão de Resíduos (Horizonte 2030)

Os objetivos gerais do Plano Estratégico Nacional de Gestão de Resíduos são: (i) otimizar a recolha de resíduos; (ii) otimizar a deposição definitiva de resíduos; (iii) conter as emissões de GEE associadas ao setor dos resíduos; (iv) promover a prevenção da produção dos resíduos; (v) reduzir o grau de perigosidade dos resíduos sólidos urbanos; (vi) instalar e alargar a valorização de resíduos; (vi) melhorar a governação institucional e capacidades técnicas; (vii) assegurar a sensibilização ambiental da população; (viii) alcançar um sistema de financiamento realista e equitativo. [29]

PENAS – Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (Horizonte 2030)

As grandes linhas de política geral da estratégia nacional de água e saneamento assumem como princípio de que o direito à água e ao saneamento é um direito humano fundamental. O Plano

Estratégico Nacional de Água e Saneamento visa proporcionar orientações estratégicas ao Governo e às Autoridades Locais em relação às políticas para o setor e orientar os processos de planeamento específicos a serem levados a cabo em cada ilha. Com base neste Plano Estratégico, foram implementadas estratégias para períodos curtos, por forma a operacionalizar os objetivos do mesmo.

Face ao exposto importa realçar em Cabo Verde a existência de um amplo leque de orientações e Planos Estratégicos que contribuem decisivamente e de forma direta e indireta para a promoção da saúde.

Embora tenha sido referido um conjunto de Planos de forma não exaustiva, considera-se que eles ilustram a evolução de Cabo Verde na abordagem multissetorial à promoção da saúde, estando criadas as principais ferramentas e condições para a implementação dos Planos e para alcançar um novo patamar de contribuição efetiva para a obtenção de resultados mais robustos na saúde e bem-estar da população.[30]

3. Caraterização do Perfil Sanitário de Cabo Verde

3.1 Caraterísticas demográficas

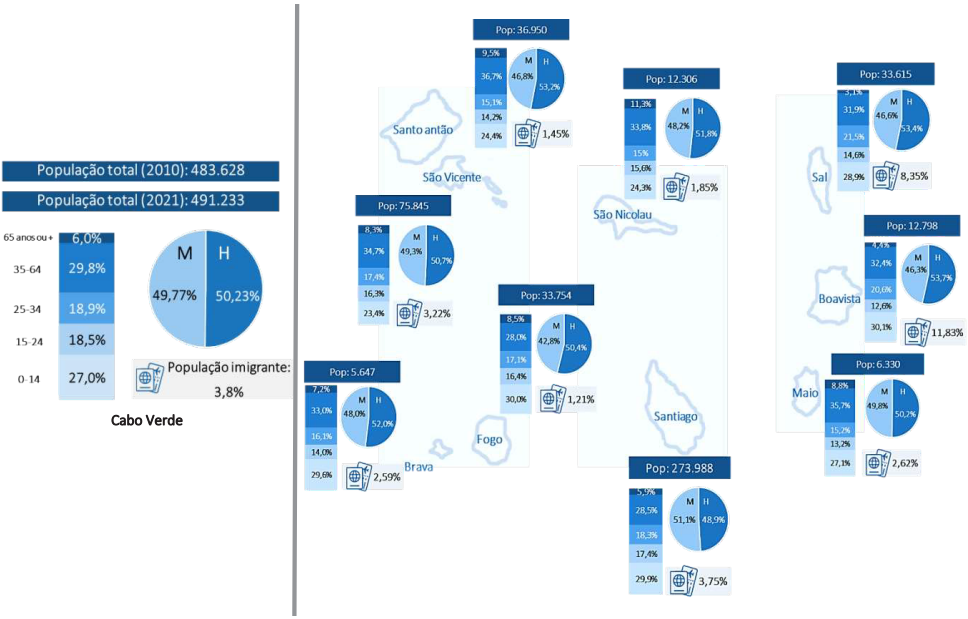
As condições sociais, económicas e ambientais em que as pessoas vivem, trabalham e envelhecem, influenciam de forma bastante significativa a saúde dos indivíduos e das comunidades,[31] sendo, por isso, importante conhecer as características da população de Cabo Verde no âmbito da promoção da saúde e bem-estar.

A população de Cabo Verde ascende a cerca de **491 mil habitantes** (Censos 2021)[32], registando um ligeiro crescimento face a 2010 e alguns sinais de envelhecimento. A população imigrante representa cerca de 18,7 mil pessoas, (3,8% da população), um número que corresponde praticamente ao dobro das estimativas em 2017.

- Os principais países de proveniência são a Guiné-Bissau (24%), S. Tomé e Príncipe (16%), Portugal (11%), Senegal e Angola com cerca de 9%, sendo o principal destino as ilhas do Sal e Boavista, onde a população imigrante representa respetivamente, 8,35% e 11,83% da população.

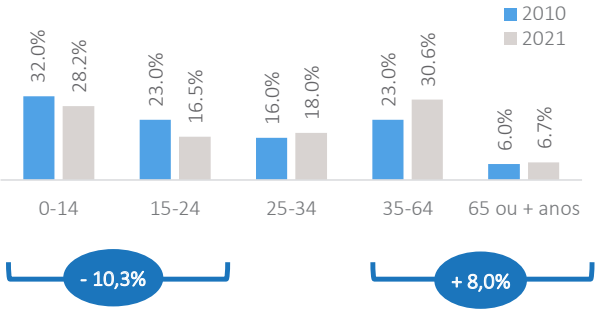
Em termos de **perfil demográfico por ilha,** verifica-se uma **distribuição similar por género**, com ligeira predominância de **homens** na maioria das ilhas, com exceção da ilha de Santiago, onde as mulheres representam 51,1% da população.

Figura 5 - Caraterização demográfica de Cabo Verde e por Ilha, 2021 [32]



No que se refere à **estrutura etária**, com base nos Censos de 2021, a população total de Cabo Verde com **mais de 65 anos** representa **6,7%** (face a 6,0% em 2010) e a população de **idade inferior a 24 anos** representa **44,7%** (face a 55,0% em 2010). Verifica-se, para o período 2010-2021, um aumento de cerca de 8% na população com mais de 35 anos, face a uma diminuição de cerca de 10% na população com menos de 24 anos, o que evidencia o aumento da população envelhecida em Cabo Verde.

Gráfico 2 - Evolução da estrutura etária da população, em Cabo Verde (2010 vs. 2021) [32,33]



Fonte: Censos 2010 – INE. Censos 2021 – INE.

Em 2021, há que mencionar ainda algumas **assimetrias** na estrutura etária, por ilha, destacando-se o seguinte:

- As ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau e Maio são as **mais envelhecidas**, com uma percentagem de população com mais de 65 anos superior à média do país e uma população com menos de 24 anos menor do que a média do país;
- As ilhas de Santiago, Sal e Boavista, são as **menos envelhecidas**, com menor percentagem de população com mais de 65%, face à população até 24 anos.
- As ilhas de Fogo e Brava apresentam percentagens de população até aos 24 anos equivalentes ou acima da média do país, mas com maior percentagem de população acima dos 65 anos.

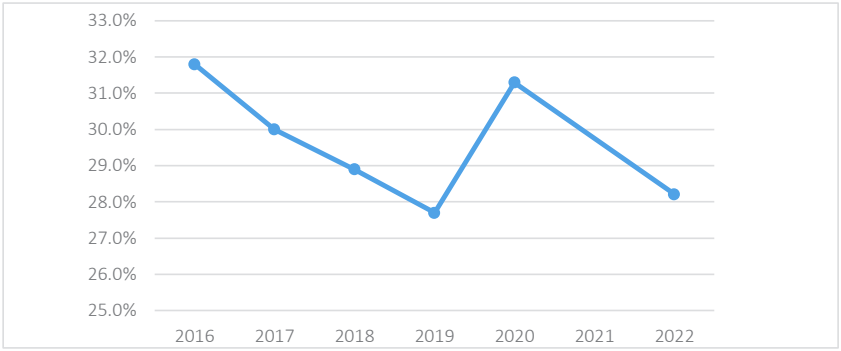
O aumento da população envelhecida em Cabo Verde está essencialmente relacionado com o aumento da expetativa de vida, resultado dos **avanços** alcançados em relação à **saúde** e ao **acesso aos cuidados de saúde**.

Este envelhecimento tem um impacto significativo na saúde da população, representando simultaneamente um **desafio** e uma **oportunidade** para os sistemas de saúde e para a sociedade, pelo que é necessário ajustar as políticas de saúde e as estratégias para melhor responder às características da população, reforçando a **prevenção** e a **promoção da saúde**, para permitir um envelhecimento mais saudável.

3.2 Fatores determinantes de saúde e bem-estar

A pobreza e a falta de recursos económicos influenciam o acesso a alimentos saudáveis, habitação adequada e serviços de saúde, o que impacta negativamente na saúde dos indivíduos. Cabo Verde, no que se refere ao **nível de pobreza**, registou uma evolução favorável nos últimos anos, na medida em que a percentagem da população que vive abaixo do limiar da pobreza, passou de cerca de **32% em 2016** para cerca de **28% em 2021**. [34]

Gráfico 3 - Evolução da incidência de pobreza, em Cabo Verde (2016-2022) [34]



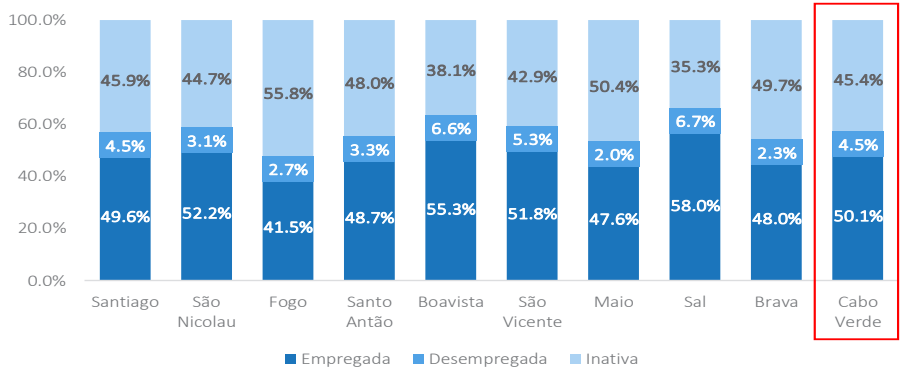
Fonte: Estimativas da Pobreza 2016-2022, INE.

No concernente ao **emprego**, Cabo Verde apresentou, em 2021, um **nível de empregabilidade de cerca de 50%**, sendo que apenas cerca de 5% da população se encontra desempregada (face a 12% em 2017) e a restante parcela encontra-se inativa (domésticas, estudantes, reformados, incapacitados, etc.).

As ilhas do Sal e da Boavista destacam-se por apresentarem taxas de desemprego inferiores à média nacional, sendo também as ilhas que têm maior percentagem da população empregada, a par com as ilhas de São Nicolau e de São Vicente (superior a 50%). [32]

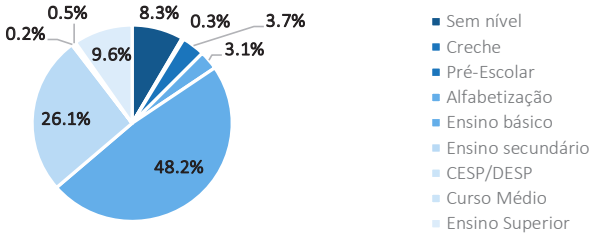
Gráfico 4 - Taxas de população empregada, desempregada e inativa, por ilha, 2021 [32]

Fonte: Censos 2021 – INE.



No que tange ao **nível de alfabetização**, Cabo Verde regista um **elevado nível de instrução**, sendo que cerca de **75% da população frequenta ou frequentou** o ensino básico e secundário, e apenas **8% da população** com mais de 4 anos **nunca frequentou** qualquer nível de ensino. Este nível de educação facilita a compreensão da saúde e das práticas de estilo de vida saudáveis, potenciando a obtenção de melhores resultados em saúde. [32]

Gráfico 5 -Nível de instrução da população residente com mais de 4 anos, 2021 [32]

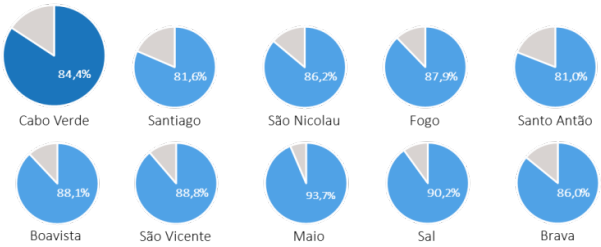


Fonte: População residente, em Cabo Verde, com 4 anos ou mais segundo o nível de instrução, Censos 2021 – INE.

Relativamente a questões **sanitárias e ambientais**, registou-se uma evolução favorável, com um aumento da percentagem de agregados familiares com sistema de evacuação de águas residuais ligado à instalação sanitária no alojamento de cerca de **81% em 2017** para cerca de **84% em 2021**.

A nível **regional**, as ilhas do Sal e do Maio apresentam mais de 90% de agregados familiares com acesso ao sistema de evacuação de águas residuais ligado às instalações sanitárias, contrastando com as ilhas de Santiago e de Santo Antão, com cerca de 81%. [35]

Figura 6 - Acesso ao sistema de evacuação de águas residuais, por ilha, 2021 [35]

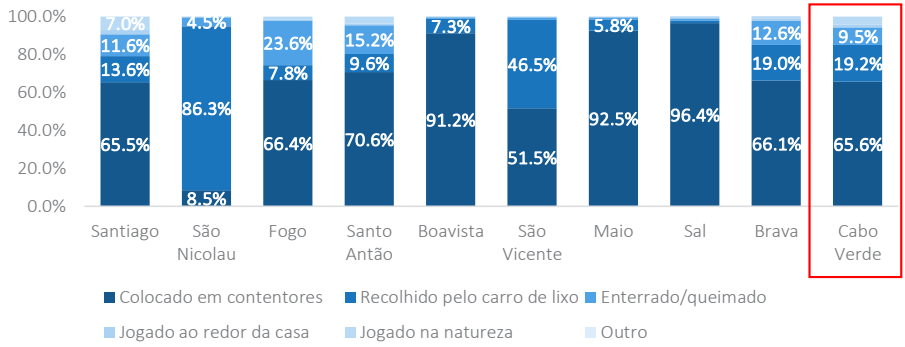


Fonte: Agregados familiares com sistema de evacuação de águas residuais ligado à instalação sanitária, Censos 2021 – INE.

Em termos de **resíduos sólidos** (lixos caseiros), a maioria dos agregados familiares de Cabo Verde faz a utilização de contentores e a recolha por carros de lixo, representando estas duas formas de evacuação cerca de **85% dos agregados familiares** (face a 80%, em 2017), com destaque para as ilhas da Boavista, de São Vicente, do Maio e do Sal que atingem cerca de 98%.

Apesar da melhoria, registam-se ainda significantes assimetrias regionais, em relação às ilhas de Santiago, do Fogo, de Santo Antão e da Brava a registar mais de 10% dos agregados familiares a enterrar ou a queimar os seus resíduos sólidos. [36]

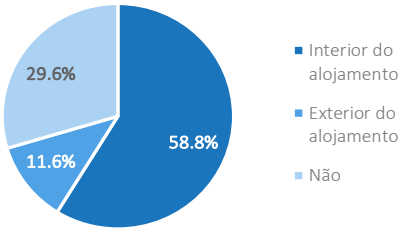
Gráfico 6 - Principal modo de evacuação de resíduos sólidos, por ilha, 2021 [36]



Fonte: Agregados familiares segundo o principal modo de evacuação de resíduos sólidos, Censos 2021 – INE.

Quanto ao acesso da população à água, 29,6% da população cabo-verdiana ainda não tem acesso a **água canalizada (face a 32,1%, em 2017)**, e cerca de 12% da população, embora tenha acesso, o mesmo só é possível no exterior do seu alojamento. [37]

Gráfico 7 - Alojamentos com água canalizada da rede pública, 2021 [37]



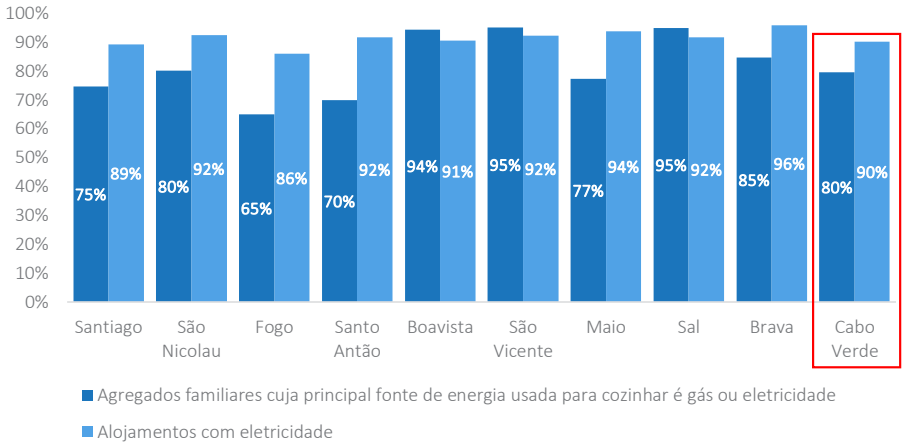
Fonte: Alojamentos familiares segundo a existência de água canalizada da rede pública, Censos 2021 – INE.

Relativamente à **eletricidade**, em 2021, cerca de **90% dos agregados** familiares de Cabo Verde **têm eletricidade no seu alojamento,** valor também registado em 2017. Apenas nas ilhas de Santiago e do Fogo menos de 90% dos agregados familiares não têm eletricidade, sendo que a ilha da Brava é a que apresenta maior percentagem de população com acesso à eletricidade (cerca de 96%).

Para além disso, cerca de **80%** dos agregados usa **gás ou eletricidade** como fonte de calor para cozinhar (face a 77%, em 2017). Nas ilhas da Boavista, de São Vicente e do Sal, mais de 94% da

população usa gás ou eletricidade para cozinhar, sendo que a ilha do Fogo é a que regista a menor percentagem, correspondendo a cerca de 65% dos agregados familiares. [38]

Gráfico 8 - Acesso à eletricidade e utilização gás/eletricidade para cozinhar, por ilha, 2021 [38]



Fonte: Agregados familiares com acesso à eletricidade e utilização de gás/eletricidade para cozinhar, Censos 2021 – INE.

O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da promoção da saúde em Cabo Verde, quer em termos de promoção de hábitos alimentares saudáveis, atividade física, abandono do tabagismo e do consumo abusivo de álcool, quer da vacinação, entre outras estratégias de promoção mais dirigidas aos determinantes sociais de saúde, tem contribuído positivamente para alcançar melhores resultados em saúde, embora ainda existam algumas disparidades em termos de acesso e qualidade que se traduzem em oportunidades de melhoria.

Os dados apresentados pelo Relatório Estatístico 2020, do Ministério da Saúde e da Segurança Social da República de Cabo Verde, no que se refere ao **acesso aos serviços de saúde e indicadores de saúde**, evidenciam melhorias relevantes, não obstante ainda persistirem **indicadores menos favoráveis:** [39]

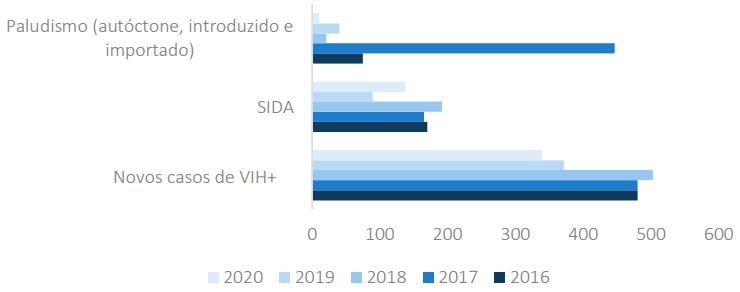
- **Taxas de utilização nas urgências** superiores à taxa de utilização das **consultas programadas**, podendo indiciar condicionalismos no acesso ao sistema de saúde, com forte atendimento de demanda espontânea;
- Decréscimo significativo da **prevalência de proteção contracetiva**, apresentando em 2020 um valor de 35,3% face aos 42,2% registados em 2016. Considerando também as instituições privadas, de acordo com o IDSR III, em 2018, a prevalência de proteção contracetiva rondava os 44%, o que evidencia um crescimento face a 2016 e o crescente papel dos prestadores privados na saúde;
- Diminuição dos **partos assistidos por pessoal qualificado** (médicos e enfermeiros), apresentando, em 2019 e 2020, um valor de 88,4% e 87,8%, respetivamente, face aos 92,9% registados em 2018.

De referir que, tendo em conta o período de análise, alguns números poderão estar negativamente influenciados pela subnotificação verificada durante o período de pandemia da COVID-19, podendo não corresponder, na sua totalidade, à situação atual.

Importa também destacar o **comportamento favorável**, nomeadamente no que se refere à:

- Diminuição na **percentagem de grávidas na adolescência**, passando de 13,3%, em 2017, para 11,8%, em 2020, com algumas assimetrias entre ilhas:
    - A ilha de São Nicolau registou um aumento de cerca de 4% de mulheres grávidas na adolescência e a ilha do Fogo atinge maior percentagem de grávidas adolescentes (17%) em 2020, sendo que cerca de 5% são menores de 17 anos.
    - As ilhas da Boavista, do Sal e da Brava são as que apresentam uma menor percentagem de mulheres grávidas na adolescência (igual ou menor a 10%).
- Redução da **taxa de mortalidade infantil** de 15,6 óbitos por cada mil nascidos vivos em 2019, para 11,6, em 2020.
- Elevada **cobertura vacinal das crianças menores de 1 ano**, sendo que, desde 2018, todas as vacinas foram administradas a mais de 90% das crianças, à exceção da vacina PRS2, que apresenta níveis inferiores, ainda assim com cerca de 85%.
- Evolução positiva, embora ainda instável das **doenças transmissíveis**, registando-se, no entanto, uma diminuição dos casos, nomeadamente de paludismo e VIH:
    - Redução do número de novos casos de VIH notificados, de forma consistente, desde 2018;
    - Aumento do número de novos casos SIDA, em 2020;
    - Redução do número de casos notificados de Paludismo (autóctone, introduzido e importado).

Gráfico 9 - Casos de VIH e paludismo notificados, 2016 a 2020 [39]



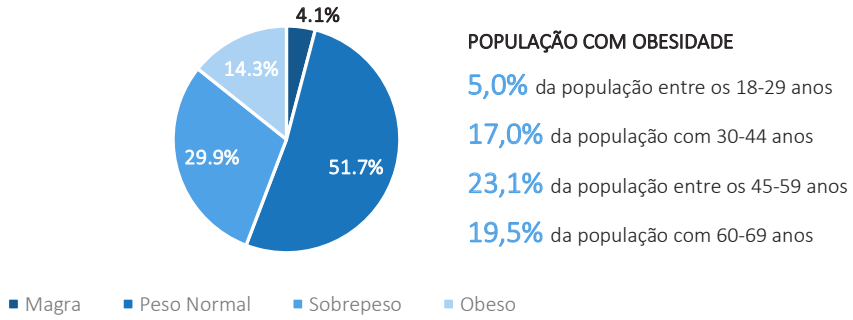
Fonte: Relatório Estatístico 2020, Ministério da Saúde e da Segurança Social da República de Cabo Verde.

Verifica-se uma tendência de aumento das **doenças não transmissíveis e** doenças crónicas, devido às mudanças no perfil demográfico, epidemiológico e nutricional da população cabo-verdiana.

Neste âmbito, é de destacar o contributo de alguns comportamentos e estilos de vida promotores de maior risco que influenciam o estado de saúde e bem-estar da população de Cabo Verde, tais como: [40]

- Aumento da **prevalência do excesso de peso** (conjugação das categorias de sobrepeso e obesidade) de cerca de **37%, em 2007** para **44,2%, em 2019** (IDNT II,2020):
    - Esta prevalência atinge um nível mais elevado, de cerca de 59% nos grupos etários de 45 a 59 e de 60 a 69 anos.
    - **29,9%** da população adulta é classificada com **sobrepeso** e **14,4% são obesas,** enquanto cerca de metade (52%) se apresenta dentro do IMC considerado adequado para o peso e estatura;
    - **23% da população obesa** situa-se na **faixa etária de 45-59 anos**, sendo a população jovem adulta a que apresenta a menor proporção de população com índices de obesidade.

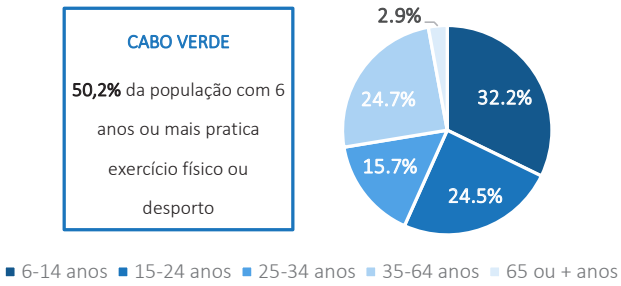
Figura 7 - População segundo a categoria de IMC e prevalência da obesidade [40]



Fonte: II Inquérito Nacional sobre os Fatores de Risco das Doenças Não Transmissíveis, 2020

- Aumento dos **níveis de sedentarismo** da população adulta (18-69 anos), representado pelo decréscimo da mediana do tempo gasto em atividade física por dia, de **162,9** minutos em 2007 para **54,3** minutos em 2019 (IDNT II,2020). [41]
    - Os dados preliminares do Recenseamento Geral do Desporto 2022, permitem ainda constatar que cerca de 50% da população com 6 ou mais anos pratica exercício físico ou desporto, no entanto, esta percentagem é significativamente influenciada pelos grupos etários dos 6 aos 24 anos, que praticam atividade física no âmbito da disciplina curricular de educação física. Os grupos etários com mais de 25 anos, que praticam exercício físico ou desporto, representam apenas cerca de 10%.

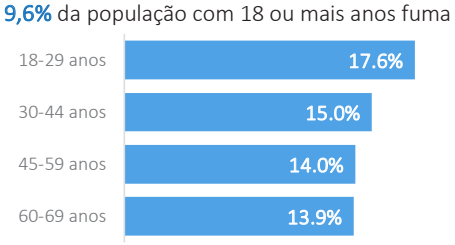
Figura 8 - Indicadores nacionais relativamente à prática de atividade física, 2022 [41]



Fonte: Resultados Preliminares do Recenseamento Geral do Desporto 2022, INE.

- Decréscimo da **prevalência do fumo do tabaco** na população adulta cabo-verdiana, de **9,9%,** em 2007, para **9,6%,** em 2019 (IDNT II,2020).
    - O grupo etário com maior prevalência atual do fumo do tabaco (cerca de 11,3%) diz respeito aos adultos com idade compreendida entre os 18 e os 29 anos.

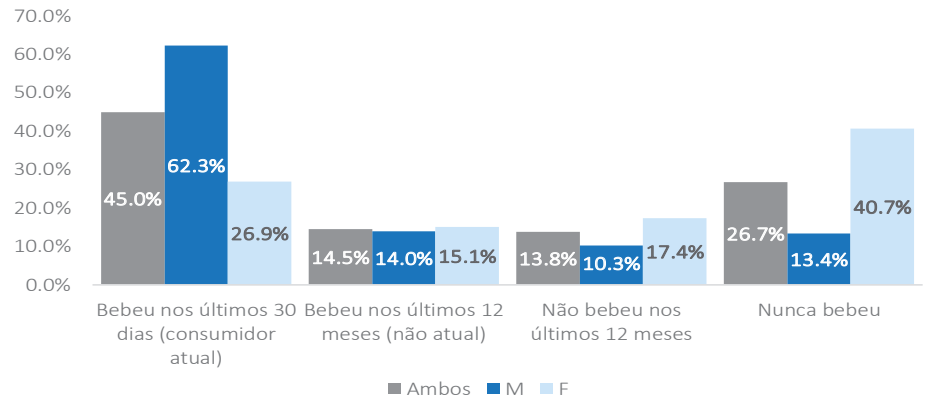
Figura 9 - Prevalência de tabaco fumado (fumador diário e não diário) nos usuários atuais [40]



Fonte: II Inquérito Nacional sobre os Fatores de Risco das Doenças Não Transmissíveis.

- Aumento da percentagem dos consumidores de álcool atuais (que consumiram nos últimos 30 dias), de 40% em 2007, para 45%, em 2019 (IDNT II,2020).
    - Em 2019, a percentagem de adultos que fizeram o uso nocivo de bebidas alcoólicas (isto é, que ingeriram, no caso dos homens ≥ 60g de etanol em uma ocasião e ≥ 40g, no caso das mulheres) é de 12%, sendo de destacar o uso nocivo de bebidas alcoólicas no grupo etário de 30 a 44 anos (14,4%).
    - Cerca de 27% da população declara nunca ter bebido, com maior percentagem (41%) de mulheres.

Gráfico 10 - População adulta segundo o consumo de bebidas alcoólicas [40]



Fonte: II Inquérito Nacional sobre os Fatores de Risco das Doenças Não Transmissíveis.

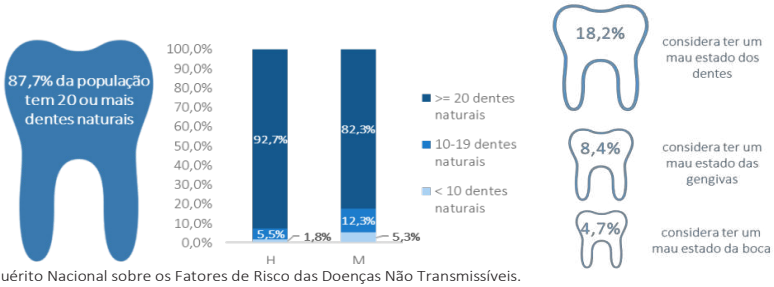
- No que se refere ao uso de **Drogas em Cabo Verde**, no ano de 2020, a CCAD reportou o consumo e dependência de drogas em utentes em tratamento para dependência de substâncias suportada nos dados em comunidades de internamento para dependentes de substâncias, mas também em espaços de ambulatório, verificando-se que:
    - O principal motivo para a dependência é o consumo de álcool, seguido do consumo de cannabis e crack.
    - 57% dos utentes refere ter tido o seu primeiro contacto com drogas entre os 15 e os 24 anos e, em cerca de 30% dos utentes, este contacto iniciou-se entre os 10 e os 14 anos.

- Elevado **consumo médio de sal** pela população cabo-verdiana, com uma ingestão média de cerca de 9,2g de sal por dia. Apesar de não existirem dados comparativos em Cabo Verde em relação a este indicador, a OMS recomenda um consumo médio de cerca de 5g de sal por dia (IDNT II,2020).

Verificam-se também algumas fragilidades relativamente **à saúde oral** da população adulta, que poderão estar relacionadas com os hábitos e comportamentos da população, mas também com o acesso a este tipo de cuidados, sendo de destacar que: [40]

- Cerca de **12% da população tem menos de 20 dentes naturais**, sendo que a expressão deste indicador é maior na população feminina (18%) do que na população masculina (7%);
- Cerca de **3,5% da população tem menos de 10 dentes naturais**, com maior incidência (5,3%) na população feminina;
- Cerca de 18% da população considera ter algum tipo de problema de saúde oral.

Figura 10 - Dentição natural e estado de saúde oral da população [40]



Fonte: II Inquérito Nacional sobre os Fatores de Risco das Doenças Não Transmissíveis.

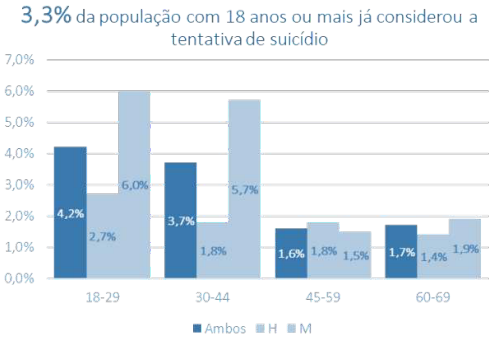
A **saúde mental** em Cabo Verde é uma área com muitas fragilidades, onde se tem vindo a registar o aumento da prevalência das doenças mentais, e um crescente número de mortes devido a suicídio.

De acordo com um relatório da OMS[42], a taxa estimada de suicídio padronizada por idade (para todas as idades), em 2019, em todo o Mundo, rondava **9 mortes anuais** por 100.000 habitantes. Em Cabo Verde, para o mesmo ano, esta taxa rondava **15 mortes anuais**.

Verifica-se ainda, de acordo com a análise da situação do suicídio no país realizada através do IDNT II [40], que:

- Cerca de **3% da população** de Cabo Verde considerara seriamente a **tentativa de suicídio** nos últimos 12 meses, sendo o maior nível entre mulheres (4,5%) comparativamente aos homens (2,1%);
- Os mais **jovens** são os que apresentam mais **propensão para o suicídio (4,2%)**, sendo que 6% de mulheres com 18-29 anos considerara essa hipótese no último ano;
- Da população adulta que considerou tentar o suicídio, 22,4% procuraram ajuda profissional, com maior incidência nas mulheres (26,5%) face aos homens (13,9%).

Figura 11 - População adulta que considerou a tentativa de suicídio nos últimos 12 meses [40]



Fonte: II Inquérito Nacional sobre os Fatores de Risco das Doenças Não Transmissíveis.

Em suma, Cabo Verde apresenta um Perfil Sanitário característico de um país com um sistema de saúde e uma economia numa significativa dinâmica de desenvolvimento: [40]

- Evolução estável da população, com um aumento do nível de envelhecimento;
- Posicionamento muito favorável em termos de alfabetização e instrução da população;
- Evolução favorável na maioria dos fatores determinantes de saúde, embora com assimetrias e fragilidades ainda relevantes em termos regionais e populacionais.

Em termos de saúde pública, destaca-se um conjunto de problemas ainda relevantes e para os quais o presente Plano Nacional de Promoção de Saúde deverá contribuir, através de estratégias de intervenção e ações prioritárias de atuação, para a sua minimização ou resolução, designadamente:

- Evolução ainda instável do controlo das doenças transmissíveis, nomeadamente ao nível do HIV, SIDA e Paludismo;
- Aumento das doenças não transmissíveis, designadamente a obesidade, a diabetes, as doenças oncológicas e as doenças do foro cardiológico, assim como a elevada e crescente prevalência de doenças mentais;
- Prevalência dos comportamentos e estilos de vida promotores de maior risco para a saúde e saúde pública, nomeadamente:
    - Consumo de drogas e de outras substâncias aditivas;
    - Consumo excessivo de álcool;
    - Consumo excessivo de açúcares e de sal.

4. Contribuições e desafios da Promoção da Saúde em Cabo Verde

4.1 Principais conclusões da implementação do PNPS 2018-2021

A promoção da saúde em Cabo Verde está patente em diversos documentos e políticas existentes de diversos setores, especialmente no setor da saúde.

Tomando como referência a avaliação efetuada sobre a implementação das iniciativas previstas no Plano Nacional de Promoção da Saúde 2018-2021, importa realçar o contributo favorável das iniciativas no âmbito da promoção da saúde, verificando-se de uma forma geral um elevado nível de cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, tendo sido alcançado um nível de cumprimento global do Plano superior a 70%.

Este resultado é tanto mais relevante se considerarmos que uma parte muito significativa do período de implementação do PNPS decorreu ainda numa fase fortemente afetada pela pandemia da COVID-2019 (2020 e 2021), o que deu origem a condicionalismos na concretização de algumas das atividades previstas, pelas limitações impostas ao nível da sociedade durante o período pandémico, mas que criou, também, desafios e oportunidades.

Verificou-se, por um lado, a existência de **condicionalismos**, no que se refere à:

- Concentração de uma parte significativa dos recursos do INSP e do setor da saúde, em geral, nas atividades de monitorização e combate à pandemia, condicionando a realização de algumas iniciativas previstas e calendarizadas no Plano de Promoção;
- Dificuldade de mobilização de parceiros para o desenvolvimento de ações multissetoriais, essenciais no âmbito da promoção da saúde e do conceito de "Uma só saúde", devido aos condicionalismos operativos e indisponibilidade de meios e recursos.

No entanto, por outro lado, identificaram-se **novos desafios e oportunidades** de abrangência multissetorial, importantes nas ações de promoção da saúde, nomeadamente:

- A conjugação e concentração de esforços por parte do INSP e dos seus parceiros no combate à Pandemia, colocando em evidência a forte capacidade de mobilização multissetorial, essencial para a operacionalização das ações transversais de promoção da saúde;
- A criação de hábitos e comportamentos da população, relevantes para a promoção da saúde e bem-estar (ex: lavagem de mãos);
- A utilização de tecnologias e ferramentas de comunicação que se revelaram eficazes em termos de promoção da saúde, treinamento e capacitação de profissionais de forma mais abrangente.

Em termos gerais, importa salientar que, com o nível de implementação do PNPS 2018-2021, foi possível concretizar, em articulação com o INSP, um conjunto de atividades essenciais para evoluir, no próximo período, para um novo patamar de operacionalização de ações de promoção da saúde. A título de exemplo destaca-se o seguinte:

- Constituição do Núcleo de Coordenação Nacional de Promoção da Saúde, com a representação de 23 entidades de vários setores e Organizações Não Governamentais, estabelecendo um mecanismo relevante para maior alinhamento dos parceiros em matéria de promoção da saúde;
- Constituição de estruturas dedicadas à Promoção da Saúde designadamente ao nível do Ministério da Saúde e do INSP;
- Desenvolvimento de Planos temáticos e setoriais com impacto nos determinantes da saúde;
- Ampliação de ações de capacitação de profissionais no âmbito da saúde pública e de outras áreas no âmbito de "Uma só Saúde";
- Desenvolvimento do Programa de Cidades Saudáveis em Cabo Verde [43], impulsionado pela parceria entre a UAICS - ANMCV, a OMS e a China, que deu origem, em 2020, à instalação da Sede da UAICS e Delegação da ANMCV em São Vicente.

Neste contexto, foi possível evoluir de forma muito significativa na promoção da saúde em Cabo Verde, tendo sido desenvolvida uma parte relevante das atividades previstas nos diversos eixos estratégicos do PNPS 2018-2021, das quais se destacam:

- De forma muito positiva o reforço da promoção da saúde no âmbito dos cuidados de saúde primários, bem como a comunicação sistémica e capacitação de profissionais no âmbito da promoção da saúde, sendo que a divulgação e partilha de boas práticas na promoção da saúde ainda se encontra significativamente abaixo das metas definidas.

Regista-se ainda, em termos de resultados alcançados em saúde, o seguinte:

- O desempenho positivo no que se refere a alguns indicadores de saúde, consequência, nomeadamente, do reforço da atuação em ações de prevenção e rastreio que se traduziram, por exemplo, na redução da População adulta com hipertensão arterial, na redução da População adulta com hiperglicemia e na diminuição da Percentagem de grávidas na adolescência.
- O desempenho favorável de alguns indicadores que abrangem os determinantes de saúde, por exemplo, em termos de acesso a sistemas de água melhorada ou sistemas de tratamento de resíduos. No entanto, em termos do alcance das metas no âmbito de determinantes e saúde ambiental, são ainda relevantes as assimetrias regionais identificadas.

4.2 Análise SWOT

Tomando como referência a análise da situação atual das atividades realizadas no âmbito da promoção da saúde e seus determinantes, identificaram-se os principais pontos fortes e fracos da promoção da saúde em Cabo Verde, assim como as principais ameaças e oportunidades da envolvente externa com potencial impacto no desenvolvimento para os próximos anos.

Pontos fortes:

- Existência de um Núcleo de Coordenação Nacional de Promoção da Saúde;
- Formalização do Conceito das Cidades Saudáveis;
- Elevada dinâmica na prossecução das atividades previstas no PNPS 2018-2021, conduzindo a um nível de cumprimento dos objetivos, ainda que no decurso das Pandemia da COVID-19;
- Adoção de boas práticas com efeitos na promoção da saúde e com resultados efetivos no decurso da Pandemia da COVID -19;
- Elaboração e existência de um amplo leque de planos setoriais e temáticos com impacto na atuação sobre os determinantes da saúde e, consequentemente, contributivos para a Promoção da Saúde;
- Reforço da atuação dos cuidados de saúde e especialmente dos cuidados primários na promoção da saúde;
- Atuação continuada na promoção da saúde no decurso dos últimos anos, tendo sido possível uma maior sensibilização dos diversos setores à obtenção de resultados positivos em saúde;
- Elevado nível de alfabetismo e acesso à informação por parte da generalidade da população;
- Empenhamento e impulso do INSP como entidade coordenadora de promoção da adoção de políticas de promoção da saúde no país, no desenvolvimento de ações e mobilização dos parceiros;
- Sensibilização das entidades com intervenção na área da promoção da saúde, embora com atuações não sistemáticas;
- Atuação significativa na capacitação para promoção da saúde, em especial ao nível das Universidades e do próprio INSP;
- Maior atuação ao nível dos comportamentos de risco, nomeadamente ao nível do álcool e de outras dependências.

Pontos fracos:

- Assimilação assimétrica na corporização e apropriação das atribuições em matéria de promoção da saúde pelas instituições;
- Insuficiente e assimétrico engajamento dos Municípios enquanto entidades essenciais para a atuação, de forma integrada e descentralizada, nos determinantes da saúde;
- Transferência para o INSP das atribuições de Promoção da Saúde;

- Significativas assimetrias regionais, nomeadamente em termos de ilhas, influenciadas pelas diferentes especificidades;
- Fraca orientação para uma abordagem inclusiva;
- Inexistência de estudos/investigação que permitam conhecer de forma fidedigna os determinantes da saúde e os impactos da promoção da saúde no sistema e na economia;
- Insuficiência de mecanismos de controlo e fiscalização para assegurar o cumprimento da aplicação da legislação existente, designadamente em termos de ordenamento territorial, habitação, alimentação, qualidade de produção, entrada e consumo de ilícitos, entre outros;
- Dificuldades de difusão sistemática nos meios de comunicação pelos elevados custos inerentes.

Oportunidades:

- Reforço da Promoção da Saúde, como uma estratégia nacional e prioridade para Cabo Verde;
- Maior empoderamento e operacionalização do Núcleo de Coordenação Nacional de Promoção da Saúde;
- Operacionalização e monitorização da implementação dos resultados alcançados com os diversos Planos Estratégicos com impacto na promoção da saúde;
- Maior envolvimento do setor privado, nomeadamente em ações de Responsabilidade Social Corporativa;
- Disseminação da promoção da saúde para além do setor da saúde;
- Aproveitamento do ambiente internacional, favorável à promoção da saúde e bem-estar;
- Possibilidade de acesso a financiamento de projetos na área da promoção da saúde;
- Reforço da *Accountability* – maior eficácia na gestão e monitorização dos recursos afetos, incluindo os financeiros para a Promoção da Saúde, permitindo potenciar as disponibilidades para uma abrangência mais equitativa e de acordo com as prioridades;
- Desenvolvimento da cidadania e literacia orientada para a promoção da saúde;
- Aproveitamento e capitalização de esforços e sinergias entre as diferentes instituições numa atuação conjunta e coordenada das ações de promoção da saúde;
- Potenciar e replicar boas práticas na coordenação de esforços, implementadas com sucesso no combate à Pandemia da COVID-19;
- Reforço da participação das comunidades e da operacionalização do instrumento Cidades Saudáveis no âmbito da promoção da saúde.

Ameaças:

- Elevada mobilidade dos interlocutores-chave, nomeadamente a nível dos Municípios, dificultando o empoderamento do Plano Nacional de Saúde e a respetiva implementação das ações;
- Significativo nível de pobreza, apesar da melhoria registada;
- Persistência de secas prolongadas associadas a outros fenómenos inerentes às mudanças climáticas que podem contribuir para aumentar o risco na saúde e deteriorar a qualidade de vida;
- Persistência de condições de vida com baixos níveis em termos de infraestruturas, saneamento e ordenamento do território;
- Elevado número de agregados familiares não estruturados (monoparentais, nucleares ou compósitos);
- Elevada prevalência de comportamentos de risco induzidos pelos estilos de vida adotados, pressões sociais e económicas;
- Escassez de recursos financeiros e humanos dedicados à promoção da saúde a nível multissetorial.

A continuação da atuação para colmatar os pontos fracos com a conjugação dos pontos fortes e sucessos alcançados permite enfrentar as ameaças e potenciar as oportunidades para encarar com otimismo a promoção da saúde e bem-estar em Cabo Verde, nos próximos anos.

Na sequência da avaliação global da implementação do Plano Nacional de Promoção da Saúde 2018-2021, da análise efetuada e da auscultação de um amplo leque de intervenientes e parceiros do INSP em diferentes setores, importa ponderar sobre a continuidade das atividades que não foram desenvolvidas no período anterior, mas também refletir sobre novos desafios e estratégias para o futuro a enquadrar no Plano de Promoção Nacional da Saúde para o período de 2023-2027.

5. Objetivos do Plano Nacional de Promoção da Saúde 2023-2027

5.1 Princípios orientadores

O Plano Nacional de Promoção da Saúde visa contribuir para a melhoria da saúde e bem-estar da população cabo-verdiana, através de estratégias coordenadas e multissetoriais que permitam aumentar a capacidade dos indivíduos e das comunidades para controlarem a sua saúde, enquanto um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença.

Neste contexto, o PNPS assenta nos seguintes princípios orientadores:

- Reforço das lideranças e governança para a valorização e atuação na Promoção da Saúde;
- Melhoria da saúde e bem-estar em todas as comunidades e indivíduos no decurso do seu ciclo de vida;
- Cobertura territorial abrangente e participação no seio das comunidades, reduzindo as assimetrias regionais;
- Promoção da inclusão e da não discriminação, assegurando o acesso de todos através de uma abordagem inclusiva da promoção da saúde em todas as políticas;
- Reforço da literacia e consciencialização para o exercício da cidadania, capacitando os intervenientes para os novos e crescentes desafios a nível humano, social, ambiental e até económico;
- Atuação coordenada sobre os determinantes da saúde, assim como sobre os comportamentos e estilos de vida dos indivíduos, suportada também numa estratégia de comunicação e de informação de qualidade, promotora de decisões informadas e conscientes.

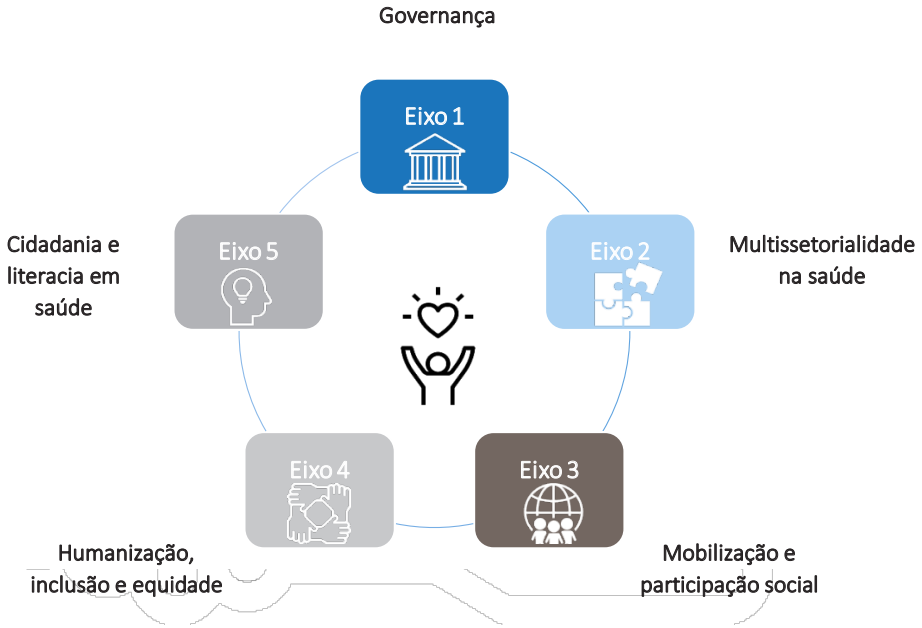
5.2 Prioridades de atuação

Tomando como referência os objetivos e princípios orientadores, assim como as iniciativas já desenvolvidas e as ações em curso enquadradas nos PNPS de períodos anteriores, estabeleceram-se as seguintes áreas prioritárias para o PNPS 2023-2027:

- Empoderamento da Promoção da Saúde ao mais alto nível por parte das entidades;
- Mobilização das estruturas descentralizadas (Municípios) para a operacionalização das ações de promoção da saúde junto das comunidades;
- Orientação para a implementação das políticas de Promoção e para a monitorização e avaliação dos resultados em saúde, reforçando os instrumentos existentes e em desenvolvimento;
- Continuidade e reforço da promoção da saúde no âmbito das doenças transmissíveis, não transmissíveis, bem como a nível dos comportamentos e estilos de vida saudável;
- Promoção do desenvolvimento sustentável em termos sociais, ambientais e económicos;
- Angariação e otimização dos financiamentos e outros recursos disponíveis.

Neste sentido, tendo em conta as necessidades emergentes e prioritárias, bem como as ações de promoção de saúde atualmente em curso em Cabo Verde, foram definidos 5 eixos estratégicos de intervenção, que deverão orientar as ações e programas operacionais em matéria de promoção da saúde dos diversos intervenientes, durante os próximos anos.

Figura 12 – Eixos estratégicos do PNPS 2023-2027



I. Governança

A governança para a promoção da saúde e bem-estar desempenha um papel crucial, na medida em que envolve a tomada de decisões, a definição de políticas e a implementação de estratégias e ações que contribuem para o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Desta forma, o principal objetivo deste pilar de intervenção é posicionar a promoção da saúde ao mais alto nível na agenda política nacional, recorrendo a um conjunto de iniciativas que demonstrem o compromisso e prioridade nacional com a promoção da saúde, alavancando a atuação das parcerias nacionais e a mobilização de parcerias internacionais.

II. Multissetorialidade na saúde

O conceito de multissetorialidade consubstancia uma abordagem colaborativa que envolve múltiplos setores e partes interessadas, constituindo um requisito fundamental para a promoção da saúde. A multissetorialidade enfatiza a necessidade de colaboração e cooperação entre diferentes setores, governamentais e não governamentais, para enfrentar os determinantes sociais de saúde e promover mudanças positivas.

Desta forma, foi considerada estratégica a aposta no reforço e consolidação da multissetorialidade, através de um conjunto de iniciativas e atividades transformadoras que visam o compromisso e a participação das instituições dos diversos setores, com intervenção

na promoção da saúde, impulsionando uma cobertura territorial abrangente com uma forte atuação a nível municipal. A atuação municipal deverá ser entendida como uma forma administrativa de ordenamento territorial onde intervêm os diferentes setores e agentes públicos e privados.

III. Mobilização e participação social

A mobilização social refere-se à ação coletiva e organizada das comunidades para promover mudanças e melhorias em questões de saúde, em conjugação com a participação social que envolve a atuação ativa dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, planeamento e implementação de políticas e programas de saúde.

A mobilização e participação social são fundamentais para a promoção da saúde no sentido em que visam fortalecer as comunidades, capacitando-as a identificar as suas necessidades de saúde, definir as suas prioridades e procurar as soluções adequadas.

Neste sentido, este eixo estratégico procura promover e impulsionar o envolvimento dos indivíduos e da sociedade em geral, através da implementação de um conjunto de iniciativas e atividades transformadoras.

IV. Humanização, inclusão e equidade

A humanização endereça uma abordagem centrada no ser humano, que valoriza a individualidade, a autonomia e a dignidade das pessoas. A inclusão procura garantir que todos os indivíduos, independentemente das suas características, sejam tratados de forma justa e igualitária. A equidade refere-se à distribuição justa e imparcial dos recursos e serviços de saúde, garantindo que os indivíduos em situações desfavoráveis tenham acesso a serviços de qualidade.

Estes três conceitos são elementos essenciais para a promoção da saúde, pelo que são considerados um importante pilar de intervenção para o PNPS cujos objetivos correspondem de forma genérica à promoção de uma abordagem centrada no ser humano, à redução das assimetrias e do reforço da equidade no acesso e na qualidade dos serviços.

Para cumprir com estes objetivos gerais, foi definido um conjunto de iniciativas e atividades, que possibilitam a operacionalização deste pilar de intervenção.

V. Cidadania e literacia em saúde

A cidadania e a literacia em saúde constituem pilares fundamentais para o desenvolvimento da promoção da saúde, para a prevenção das doenças e para a mudança de comportamentos e adoção de hábitos de vida mais saudáveis.

Neste sentido, os principais desígnios subjacentes a este eixo estratégico assentam na promoção da cidadania, de forma a capacitar os indivíduos para uma participação ativa na tomada de decisões relacionadas com a sua saúde e para uma maior responsabilização dos seus comportamentos e decisões. O desenvolvimento deste eixo visa fornecer ferramentas e informação pertinente a todos os indivíduos e comunidades, que lhes permita entender, avaliar e utilizar a informação de saúde de forma crítica e eficaz.

No capítulo seguinte apresenta-se o detalhe de cada eixo estratégico definido para o PNPS 2023-2027.

6. Eixos estratégicos de intervenção

Os 5 eixos estratégicos de intervenção do PNPS 2023-2027, densificam-se em 20 iniciativas que correspondem aos objetivos específicos do Plano.

Eixos estratégicos		Iniciativas
Governança	1	Posicionar a implementação da promoção da saúde como uma prioridade ao mais alto nível
	2	Fortalecer a coordenação intergovernamental para a promoção da saúde
	3	Reforçar o papel do INSP enquanto coordenador da área de promoção da saúde de acordo com o seu Estatuto
	4	Implementar mecanismos consolidados para a captação, monitorização e priorização dos investimentos em promoção da saúde
	5	Promover a regulação e mecanismos de afetação de verbas fiscais à promoção da saúde
Multissetorialidade na saúde	6	Reforçar a atuação dos setores público e privado no âmbito da abordagem "Uma só Saúde"
	7	Operacionalizar a estrutura das cidades saudáveis com suporte nas orientações do PECS-CV
	8	Fortalecer o diálogo entre os diversos setores e valorizar iniciativas multissetoriais
	9	Promover a implementação e monitorização das políticas integradas no âmbito da abordagem "Uma só Saúde"
	10	Desenvolver evidência científica sobre os determinantes sociais de saúde ao longo do ciclo de vida
Mobilização e participação social	11	Reforçar a comunicação em promoção da saúde, enquadrada na estratégia de comunicação do INSP
	12	Mobilizar as comunidades para a promoção da saúde, capacitando e reforçando as competências de forma descentralizada
	13	Incentivar as instituições para a responsabilidade social corporativa
	14	Incentivar a participação individual e comunitária para a promoção da saúde
Humanização, inclusão e equidade	15	Promover o acesso de todos à saúde
	16	Promover uma cultura de respeito e solidariedade através da capacitação dos profissionais e comunidades
	17	Impulsionar a atuação no âmbito da promoção da Saúde Mental
	18	Promover e implementar medidas para reduzir as assimetrias regionais no âmbito da abordagem "Uma só Saúde"
Cidadania e literacia em saúde	19	Reforçar a educação em saúde e a sensibilização das comunidades para os temas de cidadania, promoção da saúde e prevenção da doença
	20	Assegurar a disponibilização de informação confiável sobre os diversos temas de saúde e promoção da saúde

Seguidamente, apresentam-se as principais atividades transformadoras a realizar para a implementação de cada uma das iniciativas ou objetivos específicos.

6.1 Governança

Iniciativa 1	Posicionar a implementação da promoção da saúde como uma prioridade ao mais alto nível

Atividades transformadoras:

1.1. Assegurar o lançamento e a apresentação do PNPS ao mais alto nível:

- Realizar um evento de projeção nacional com intervenção governamental.

1.2. Formalizar o PNPS através da publicação em Boletim Oficial (BO):

- Pretende-se com esta atividade reforçar o reconhecimento, a nível nacional, do Plano.

1.3. Formalizar a criação do Núcleo de Coordenação Nacional de Promoção da Saúde (NCNPS), através de despacho oficial, identificando de forma clara os objetivos, atribuições e respetiva composição:

- Esta atividade tem como propósito contribuir para o empoderamento do NCNPS e reconhecimento a nível nacional.

1.4. Socializar e avaliar a apropriação do Plano Nacional de Promoção da Saúde pelos diferentes setores e entidades:

- Com esta atividade pretende-se que os diferentes setores intervenientes na operacionalização do plano realizem uma monitorização regular da implementação das atividades transformadoras e que apresentem os principais resultados alcançados e desafios sentidos durante o período, por forma a reforçar a sua participação.

Iniciativa 2	Fortalecer a coordenação intergovernamental para a promoção da saúde

Atividades transformadoras:

2.1. Estabelecer um plano para realização de reuniões quadrimestrais do Núcleo Nacional da Promoção da Saúde (NCNPS), de forma a promover a integração de diversos setores e instituições na governança para a promoção da saúde:

- O principal objetivo destas reuniões é criar um espaço programado de reflexão e partilha de temas estruturantes da promoção da saúde, bem como promover a implementação das ações de forma participada e descentralizada.

- O plano de reuniões a apresentar no início de cada ano deverá definir datas concretas e a agenda preliminar com temas específicos a tratar em cada um dos trimestres, devendo ser distribuído a todos os participantes "permanentes" do NCNPS.
- Em função da agenda específica definida, deverá ser alargada a participação a outras entidades públicas e privadas, para além dos elementos que integram o NCNPS de forma permanente.
- Deverá ser assegurada a realização das reuniões quadrimestrais do NCNPS em locais/ Ilhas diferentes, abrangendo assim todo o território.

2.2. Realizar o Fórum de Promoção da Saúde a cada dois anos, promovendo o compromisso ao mais alto nível e a participação multissetorial com intervenientes que impulsionem a divulgação e promoção do evento com projeção nacional;

2.3. Realizar mesas-redondas temáticas e intersetoriais ao mais alto nível, com a participação dos diversos Deputados, Ministérios, entre outros:

- O objetivo desta atividade é reunir diferentes entidades com um forte papel de liderança, para discutirem e deliberarem sobre assuntos estruturantes no âmbito da promoção da saúde, contribuindo assim para fortalecer a articulação e o diálogo entre as diferentes entidades.

2.4. Assegurar a integração de objetivos e metas para a promoção da saúde e bem-estar em todos os programas de saúde verticais da DNS:

- Esta atividade tem como objetivo assegurar uma forte articulação e coerência, no conteúdo da promoção da saúde e bem-estar, em todas as áreas da saúde, através da integração e atualização dos principais objetivos do PNPS 2023-2027 nos programas de saúde verticais.

Iniciativa 3	Reforçar o papel do INSP enquanto coordenador da área de promoção da saúde de acordo com o seu Estatuto

Atividades transformadoras:

3.1. Reforçar a equipa dedicada à promoção da saúde e definir procedimentos de retenção de talentos:

- Face à abrangência da promoção da saúde e ao papel impulsionador do INSP, considera-se relevante definir claramente as funções dos elementos por áreas temáticas da promoção da saúde, de forma a permitir uma cobertura mais equilibrada em termos setoriais e regionais.

3.2. Formar e capacitar adequadamente toda a equipa do INSP na temática da promoção da saúde e seus determinantes:

- Reforçar as competências, assegurando a atualização dos profissionais e salvaguardando a mobilidade de recursos.

3.3. Reforçar o orçamento do INSP para a promoção da saúde:

- A abrangência das intervenções do INSP, enquanto impulsionador do PNPS, requer o esforço financeiro em termos de recursos humanos e de outros meios que contribuam para a obtenção dos resultados pretendidos.

Iniciativa 4	Implementar mecanismos consolidados para a captação, monitorização e priorização dos investimentos em promoção da saúde

Atividades transformadoras:

4.1. Desenvolver termos de referência para projetos/ programas inovadores de promoção da saúde com o patrocínio ao mais alto nível:

- Deverá ser identificado o âmbito do projeto/ programa, a população alvo, os principais benefícios que se esperam alcançar e o líder/ responsável pela gestão do projeto/ programa.
- Esta atividade visa garantir uma maior capacidade de gestão dos níveis de execução, permitindo, assim, identificar *gaps* e áreas de maior necessidade e reduzir assimetrias setoriais e regionais.

4.2. Promover a criação de centros de custos consolidados ao nível dos Ministérios e do INSP para registo e monitorização dos investimentos na promoção da saúde, com segregação por projeto e ilha:

- Esta atividade tem como objetivo assegurar uma repartição equilibrada dos recursos, identificar de forma consolidada a atribuição dos meios financeiros e eventuais *gaps* e redundâncias.

4.3. Elaborar *business cases* para estudar e evidenciar o retorno do investimento em iniciativas concretas da promoção da saúde:

- Esta atividade apresenta como objetivo principal demonstrar o custo-benefício da implementação de iniciativas em promoção da saúde nos mais variados temas, nomeadamente políticas para a prevenção de consumo de álcool, sal e açúcar, políticas de alimentação e estilos de vida saudáveis, entre outros, de forma a incentivar e a reforçar a necessidade de intervenção nestas áreas.

- Para concretizar os *business cases* e estimar o retorno do investimento em determinadas iniciativas de promoção da saúde, identificam-se as seguintes principais atividades:
    - Definição das prioridades de investimento em promoção da saúde elegíveis para elaboração dos *business cases* e estimativa do retorno.
        - Para o período 2024/2025, identificam-se as seguintes prioridades: i) álcool; (ii) bebidas açucaradas; (iii) sal, açúcar e gorduras.
        - As prioridades devem ser revistas periodicamente consoante as áreas prioritárias para a promoção da saúde.
    - Realizar a estimativa do investimento necessário para determinada atividade, durante um determinado período, e identificar os benefícios diretos e indiretos em termos de saúde, sociais e económicos.

Iniciativa 5	**Promover a regulação e mecanismos de afetação de verbas fiscais à promoção da saúde**

Atividades transformadoras:

5.1. Colaborar na avaliação de potenciais fontes de receitas fiscais relacionadas com o consumo de produtos nocivos à saúde:

- Esta atividade tem como objetivo contribuir para o financiamento da promoção da saúde, mas também moderar o consumo de produtos nocivos.

5.2. Promover a criação do fundo de promoção da saúde que permita ampliar a afetação parcial das receitas fiscais de outros setores, em benefício da promoção da saúde:

- Esta atividade visa reforçar os recursos para ações de promoção da saúde de forma transversal, de acordo com métricas e critérios a definir.

6.2 Multissetorialidade na saúde

Iniciativa 6	**Reforçar a atuação dos setores público e privado no âmbito da abordagem "Uma só Saúde"**

Atividades transformadoras:

6.1. Estabelecer parcerias com diferentes instituições dos diversos setores, de forma a promover a sua participação ativa em atividades dirigidas à promoção da saúde:

- Estas parcerias podem ser realizadas através de acordos formais ou colaborações informais, prevendo-se, por exemplo, a disponibilização de recursos humanos, materiais e financeiros, podendo ser concretizadas em diferentes âmbitos, nomeadamente em termos de (i) investigação; (ii) pesquisas e questionários; (iii) ações de comunicação; (iv) campanhas de sensibilização.
- Complementarmente, estas entidades devem ser convidadas a participar nas reuniões do NCNPS, em função do calendário e da temática dessas mesmas reuniões, para promover a participação ativa nas reflexões e decisões em promoção da saúde.

6.2. Promover a adoção de práticas sustentáveis na agricultura, agropecuária e pesca (desperdício, produtos tóxicos) e a monitorização das ações prioritárias nestes setores:

- Esta atividade pretende reforçar a adoção de práticas sustentáveis, tais como:
  - Não utilização de fertilizantes químicos sintéticos, pesticidas e organismos geneticamente modificados;
  - Utilizar técnicas de rega que potenciem o uso eficiente da água;
  - Utilizar técnicas avançadas que permitam aumentar a eficiência e diminuir o desperdício.

6.3. Reforçar as estratégias locais para continuar a contemplar respostas no âmbito da prevenção das doenças transmissíveis e não transmissíveis, bem como dos comportamentos de risco.

As estratégias poderão incidir nas seguintes atividades, de entre outras:

- Promover ações no âmbito da prevenção de comportamentos de risco e do estigma social das pessoas que vivem com VIH/SIDA
- Promover ações de prevenção de outras doenças transmissíveis, nomeadamente Tuberculose, Hepatite, Sífilis, IST's, entre outras;
- Promoção de uma alimentação saudável, quer por via da segurança alimentar e nutricional, quer pela promoção de hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis;

- Definição de mecanismos de promoção da atividade física e prevenção do sedentarismo; por exemplo, reforçar a implementação do Programa Nacional de Atividade Física e Saúde "Mexi-Mexê" em todos os municípios;
- Reforço da implementação de medidas de controlo do consumo do tabaco, nomeadamente as ações previstas no âmbito da Convenção-Quadro da OMS para o Controlo do Tabaco – CQCT para a implementação do Projeto FCTC 2030 (Framework Convention on Tobacco Control);
- Colaboração com a Fundação Menos Álcool Mais Vida para reforçar a implementação de estratégias de prevenção do consumo de álcool;
- Reforço da implementação de estratégias locais no âmbito do consumo de outras substâncias psicoativas;
- Colaboração com o Secretariado Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional na implementação das estratégias nacionais e da CPLP sobre segurança.

6.4. Consolidar e reforçar as medidas de promoção da saúde ambiental, abrangendo nomeadamente o diagnóstico, avaliação, prevenção e controlo dos fatores ambientais que interferem na saúde e bem-estar:

- Pretende-se com esta atividade incentivar o planeamento e a execução de ações de prevenção e promoção da saúde, bem como ações de controlo e vigilância de sistemas, estruturas e atividades com interação no ambiente e na saúde.
- Estas intervenções deverão ser efetuadas em diferentes contextos, nomeadamente habitacional, recreativo, escolar, industrial entre outros.

6.5. Identificar as medidas de promoção da saúde ambiental efetuadas ao nível dos municípios, abrangendo nomeadamente a recolha, valorização e tratamento adequado dos resíduos:

- Pretende-se identificar as boas práticas para que possam ser replicadas em outros municípios com problemáticas similares.
- As boas práticas poderão ser temáticas a apresentar nas reuniões periódicas do NCNPS.

6.6. Incentivar a implementação dos planos de contingência a nível das entidades públicas e privadas para atuação em situações de emergência:

- Os planos de contingência deverão contemplar os principais riscos, ações de mitigação a implementar e estratégia de atuação em caso de emergência.

Iniciativa 7	Operacionalizar a estrutura das Cidades Saudáveis, com suporte nas orientações do PECS-CV

Atividades transformadoras:

7.1. Reforçar a atuação da Rede de Coordenadores Municipais (Cidades Saudáveis) responsáveis pelo dossier de promoção da saúde em cada município, em articulação com o Núcleo de Coordenação Nacional da Promoção da Saúde (NCNPS);

7.2. Designar pontos focais responsáveis por dinamizar, promover e apoiar as atividades de promoção da saúde nas comunidades;

7.3. Definir planos de atuação municipais multissetoriais com foco nos determinantes da saúde e assegurar a sua implementação e monitorização;

7.4. Definir os perfis municipais para impulsionar a operacionalização da promoção da saúde:

- Participar na definição de uma estrutura de informação similar para todos os municípios, em articulação com as entidades competentes, e na elaboração dos respetivos perfis municipais.
- Realizar, por município, um atelier de validação com a participação das entidades locais.

Iniciativa 8	Fortalecer o diálogo entre os diversos setores e valorizar as iniciativas multissetoriais

Atividades transformadoras:

8.1. Identificar, nas reuniões do NCNPS estabelecidas, projetos diferenciadores e multissetoriais com resultados alcançados:

- As reuniões quadrimestrais do NCNPS, além de reforçarem o papel do NCNPS na promoção da saúde em Cabo Verde, devem ser espaço de diálogo e de articulação entre os diversos setores, onde deverá ser privilegiada a troca de informações e a partilha de boas práticas em promoção da saúde. Desta forma, pretende-se que os diversos setores apresentem nas reuniões projetos multissetoriais diferenciadores, impulsionadores de boas práticas, para que sejam avaliados, divulgados e posteriormente replicados.

8.2. Promover a disseminação e a implementação de boas práticas, isto é, dos projetos previamente identificados como diferenciadores, pelos diferentes municípios;

8.3. Realizar a avaliação da implementação das boas práticas e estabelecer incentivos e/ ou prémios aos projetos com melhores resultados alcançados nos diferentes municípios:

- Os municípios deverão elaborar um relatório de monitorização da implementação dos projetos, de forma a permitir que o NCNPS reúna todos os resultados alcançados e decida qual o município que deve ser premiado.

Iniciativa 9	Promover a implementação e a monitorização das políticas integradas no âmbito da abordagem "Uma só Saúde"

Atividades transformadoras:

9.1. Reforçar a supervisão do cumprimento da legislação no âmbito da prevenção e controlo da infeção VIH/ SIDA:

- Pretende-se com esta atividade incentivar uma monitorização contínua do cumprimento da legislação no âmbito da prevenção e controlo da infeção VIH/ SIDA, sugerindo-se a elaboração de Relatórios Anuais de Avaliação para o efeito.

9.2. Reforçar a implementação e fiscalização das políticas que definem requisitos de construção e urbanismo que limitem a intervenção nas zonas específicas (ex: orla costeira, zona de proteção vulcânica), assim como incentivar a divulgação à comunidade em geral, com vista a minimizar os impactos de eventuais catástrofes naturais.

Iniciativa 10	Desenvolver evidência científica sobre os determinantes sociais de saúde ao longo do ciclo de vida

Atividades transformadoras:

10.1. Identificar as prioridades de investigação no âmbito da promoção de saúde e desenvolver projetos de investigação nas diferentes áreas temáticas, de acordo com as orientações da Agenda Nacional de Investigação em Saúde:

- Assegurar o alinhamento com as áreas de investigação prioritárias nacionais;
- Desenvolver evidência científica de forma a contribuir para reduzir as desigualdades sociais.

10.2. Reforçar e mobilizar recursos para a investigação:

- Promover a investigação junto dos públicos-alvo de investigação e também de entidades internacionais.

6.3 Mobilização e participação social

Iniciativa 11	Reforçar a comunicação em promoção da saúde, enquadrada na estratégia de comunicação do INSP

Atividades transformadoras:

11.1. Realizar o mapeamento das ações de comunicação desenvolvidas:

- Esta atividade tem como principais objetivos identificar *gaps*, otimizar recursos e melhorar o desempenho global das ações de comunicação realizadas no âmbito da promoção da saúde.

11.2. Desenvolver um plano de comunicação para a promoção da saúde que estabeleça, de forma clara, as ações de comunicação a desenvolver, os conteúdos, os meios, a periodicidade e os respetivos intervenientes:

- A elaboração do plano de comunicação pressupõe um conjunto de atividades relevantes, das quais se destacam, nomeadamente:
  - Definir os objetivos de comunicação;
  - Identificar os canais de comunicação a utilizar;
  - Definir o público-alvo e entender as suas necessidades, interesses e preferências, por forma a criar mensagens mais relevantes e eficazes;
  - Elaborar um cronograma e/ou calendário de ações, com detalhe dos principais responsáveis e intervenientes;
  - Definir, para cada ação de comunicação, indicadores de desempenho, por forma a avaliar o sucesso de cada iniciativa e ajustar a estratégia, quando necessário;
  - Realizar, periodicamente, a revisão do plano de comunicação, de forma a ajustar quando necessário.
- De forma a assegurar a difusão das temáticas pretendidas, devem ser envolvidos na elaboração do plano de comunicação, profissionais da comunicação social e/ ou entidades relevantes neste meio.

11.3. Avaliar a eficácia das ações de comunicação aos respetivos públicos-alvo, em termos de recetividade dos conteúdos transmitidos e utilidade dos meios de comunicação utilizados:

- Pretende-se com esta atividade obter o retorno/ recetividade das ações de comunicação realizadas num determinado período. Este feedback permitirá avaliar a eficácia das ações de comunicação, quer em temos de conteúdo das mensagens, adequação dos meios de comunicação, quer o nível de recetividade dos diferentes públicos-alvo.

Iniciativa 12	**Mobilizar as comunidades para a promoção da saúde, capacitando e reforçando as competências de forma descentralizada**

Atividades transformadoras:

12.1. Negociar com as universidades e incentivar a disponibilização de formações e conteúdos atualizados no âmbito da promoção da saúde:

- Refira-se, a título de exemplo, (i) introdução de disciplinas relacionadas com a promoção da saúde nos programas curriculares já existentes; (ii) Introdução de novos cursos de licenciatura, como por exemplo Saúde Ambiental; e ainda (iv) Definição de programas de pós-graduação com conteúdos atualizados para a promoção da saúde dirigida aos profissionais dos diferentes setores;

12.2. Reforçar a capacitação regular na promoção da saúde dos profissionais de saúde através de cursos/ações de reciclagem de curta duração;

12.3. Formar e capacitar professores e educadores nos diferentes níveis de ensino e com foco nos determinantes da saúde e na mudança de comportamentos para adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis e promoção da cidadania;

12.4. Realizar ações anuais de capacitação dos profissionais de outros setores com atuação na promoção da saúde junto da comunidade (como por exemplo líderes municipais, agentes sanitários entre outros), com foco nos determinantes da saúde e na mudança de comportamentos para adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis e promoção da cidadania;

12.5. Estabelecer parcerias com organizações não governamentais e grupos comunitários para desenvolver ações conjuntas de promoção da saúde:

- Estas organizações podem mobilizar recursos e conhecimentos locais para responder às necessidades específicas da comunidade.

12.6. Promover a criação da Linha Nacional de Apoio à Promoção da Saúde que permita encaminhar os utilizadores para o apoio em áreas específicas:

- Posteriormente à sua criação, a operacionalização da linha pressupõe um conjunto de atividades adicionais, tais como:
    - Identificar e estabelecer os parceiros para a criação da linha, integrando as diversas linhas de apoio já existentes;
    - Identificação e capacitação dos recursos humanos, de forma a assegurar o funcionamento da linha de apoio;
    - Estabelecer os protocolos de comunicação entre as diferentes entidades.

Iniciativa 13	Incentivar as instituições para a responsabilidade social corporativa

Atividades transformadoras:

13.1. Promover a criação de ambientes de trabalho saudáveis, através da implementação de iniciativas promotoras do bem-estar, tais como:

- Reforçar a implementação de medidas de saúde e segurança ocupacional;
- Implementar programas de bem-estar que estimulem a prática de atividade física;
- Fomentar uma cultura de respeito e inclusão;
- Estabelecer canais de comunicação abertos e transparentes;
- Promover o investimento no desenvolvimento pessoal dos colaboradores.

13.2. Promover a atuação orientada para a sustentabilidade, através de um maior compromisso com o meio ambiente, economia e com a sociedade, em termos materiais e humanos;

- Pretende-se com esta atividade incentivar as empresas e locais de trabalho a adotar um plano de ação de responsabilidade social que, em última instância, deverá contribuir para a satisfação dos colaboradores e para a construção de um futuro mais sustentável para a sociedade.

Iniciativa 14	Incentivar a participação individual e comunitária para a promoção da saúde

Atividades transformadoras:

14.1. Criar grupos de trabalho comunitários compostos por representantes da comunidade, profissionais de saúde e outros intervenientes relevantes, para identificar problemas de saúde, propor iniciativas e avaliar resultados:

- Estes grupos visam identificar problemas e soluções adequadas às especificidades das diferentes comunidades.
- Devem ter a participação dos pontos focais, que asseguram a articulação com a Rede de Coordenadores Municipais das Cidades Saudáveis.

6.4 Humanização, inclusão e equidade

Iniciativa 15	Promover o acesso de todos à saúde

Atividades transformadoras:

15.1. Reforçar a atuação dos cuidados de saúde primários na promoção da saúde:

- A atuação dos cuidados de saúde primários na promoção da saúde é fundamental para garantir o bem-estar da população e prevenir as doenças. Para reforçar a sua atuação na promoção da saúde, os Centros de Saúde podem dinamizar um conjunto de estratégias, tais como:
  - Realizar campanhas de consciencialização;
  - Estabelecer parcerias com organizações locais, escolas, empresas e instituições religiosas, de forma a ampliar o seu alcance;
  - Oferecer atendimento personalizado;
  - Investir na capacitação regular dos profissionais de saúde;
  - Promover o uso de tecnologia para melhorar o acesso à informação e aos serviços de saúde;
  - Implementar programas de educação em saúde que abordem temas como alimentação saudável, atividade física, gestão de doenças crónicas, entre outros;
  - Estabelecer mecanismos de avaliação das ações de promoção da saúde implementadas;

15.2. Dinamizar inquéritos para conhecimento das fragilidades do nível de acesso da população à saúde e para monitorização das estratégias implementadas:

- Pretende-se com esta atividade identificar as assimetrias no nível de acesso da população aos cuidados de saúde, por forma a planear estratégias e intervenções mais efetivas para redução das assimetrias e melhoria do acesso.

15.3. Disponibilizar recursos de comunicação adaptados (quer em conteúdo, quer em formato, etc.), por forma a assegurar o acesso de toda a população à informação, em especial dos mais vulneráveis:

- A título de exemplo, poderão ser realizadas as seguintes adaptações, de forma a alcançar o maior número de pessoas: (i) disponibilizar informações, utilizando a Língua Materna, Gestual e o Braille; (ii) disseminar informações via rádio, para alcançar as populações mais isoladas; (iii) adequar as mensagens às diferentes faixas etárias, entre outras.

15.4. Participar em iniciativas para a redução das barreiras físicas, financeiras e discriminatórias no acesso aos cuidados de saúde, designadamente para os mais vulneráveis (ex. pessoas com incapacidade física e mental, desfavorecidas financeiramente, migrantes):

- A título de exemplo, refira-se: (i) promover a existência de rampas de acesso em todas as unidades de saúde; (ii) incentivar a existência de subsídios/ descontos para os grupos considerados mais vulneráveis; (iii) incentivar a implementação de políticas que promovam a priorização do atendimento aos grupos em situação de vulnerabilidade.

Iniciativa 16	Promover uma cultura de respeito e solidariedade através da capacitação dos profissionais e comunidades

Atividades transformadoras:

16.1. Dinamizar ações de capacitação sobre comunicação empática, sensibilidade cultural, abordagens sem preconceitos e técnicas de atendimento inclusivo aos profissionais com atuação direta e indireta na saúde;

16.2. Realizar campanhas/ ações de sensibilização para consciencializar a população sobre a importância da humanização, inclusão e equidade na promoção da saúde, ajudando a combater estereótipos, estigmas e preconceitos.

Iniciativa 17	Impulsionar a atuação no âmbito da promoção da Saúde Mental em todo o ciclo de vida

Atividades transformadoras:

17.1. Promover as políticas de desinstitucionalização dos doentes de saúde mental e integração comunitária, de acordo com as orientações do Plano Estratégico Nacional para a Saúde Mental 2021-2025;

17.2. Reforçar o papel dos Centros de Saúde na prevenção e promoção da saúde mental:

- Com esta atividade pretende-se assegurar a integração da saúde mental nos cuidados primários através da existência de profissionais qualificados, nomeadamente psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e outros profissionais especializados em saúde mental que possibilitem um atendimento multidisciplinar.

17.3. Capacitar os profissionais afetos às instituições de saúde para a promoção da saúde mental;

17.4. Estabelecer parcerias/ protocolos para promover programas de educação e consciencialização sobre a saúde mental nas escolas, locais de trabalho e na comunidade, de forma a destacar a importância da saúde mental e combater o estigma relacionado aos problemas psicológicos:

- Os programas podem ser implementados através de palestras, workshops, rádios, recursos online entre outros.

Iniciativa 18	**Promover e implementar medidas para reduzir as assimetrias regionais no âmbito da abordagem "Uma só Saúde"**

Atividades transformadoras:

18.1. Colaborar com os municípios e com as entidades competentes no sentido de melhorar os níveis de cobertura regional em algumas áreas prioritárias, designadamente em termos de:

- Utilização de fontes de água melhorada;
- Disponibilização de águas residuais ligadas à instalação sanitária;
- Disponibilização de contentores e recolha de lixo;
- Escolas com infraestruturas sanitárias, acesso à água potável e sistema de saneamento adequados.

6.5 Cidadania e literacia em saúde

6.5 Cidadania e literacia em saúde

Iniciativa 19	**Reforçar a educação em saúde e sensibilização das comunidades para os temas de cidadania, promoção da saúde e prevenção da doença**

Atividades transformadoras:

19.1. Participar na elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Literacia em Saúde, enquadrado no plano operacional do INSP:

- Este Programa pressupõe a capacitação e operacionalização de equipas multidisciplinares, com enfoque na abordagem e envolvimento comunitário.

19.2. Reforçar a realização de ações/ campanhas educativas e de sensibilização, palestras, workshops, etc., com o objetivo de capacitar a comunidade para temas específicos da promoção da saúde e para o exercício da cidadania:

- As ações/ campanhas poderão ser desenvolvidas considerando os seguintes temas: alimentação saudável; exercício físico; saúde animal; saúde ambiental; saúde mental; comportamentos aditivos, incluindo o uso excessivo das tecnologias; segurança e prevenção da violência e da criminalidade, entre outras.
- Estas campanhas deverão capacitar as comunidades para melhor compreender as informações de saúde, as orientações dos médicos em caso de doença, etc.

19.3. Reforçar a implementação de programas de educação em saúde nas escolas, adaptados às diferentes faixas etárias, abordando as diferentes áreas temáticas da promoção da saúde:

- Nestes programas poderão ser abordados diferentes temas, nomeadamente higiene, nutrição, prevenção de doenças, saúde mental, sexualidade e saúde reprodutiva, entre outros.

19.4. Promover a educação para o autocuidado e autogestão da doença crónica, incluindo a utilização de ferramentas digitais:

- Articulação com a DNS para reforçar também a capacitação dos profissionais de saúde neste âmbito.

Iniciativa 20	Assegurar a disponibilização de informação confiável sobre os diversos temas de promoção da saúde

Atividades transformadoras:

20.1. Promover a educação da comunidade sobre formas de pesquisa, avaliação e utilização das informações de saúde disponíveis na internet, permitindo assim que a comunidade tenha acesso a informação fiável e que compreendam os conteúdos de saúde disponibilizados online:

- Pretende-se com esta atividade empoderar a comunidade para a utilização das tecnologias, sendo que, para tal, existem muitas estratégias para alcançar este objetivo, nomeadamente (i) realizar campanhas de consciencialização; (ii) Organizar workshops e palestras em escolas, centros comunitários e outros espaços públicos; (iii) Colaborar diretamente com as escolas para integrar no seu currículo escolar a educação sobre pesquisa e avaliação de informações de saúde, entre outras.

20.2. Conceber, produzir e distribuir material educativo tal como panfletos, infografias e guias que forneçam informações práticas e facilmente compreensíveis sobre tópicos relevantes da saúde e promoção da saúde;

20.3. Potenciar a utilização dos recursos tecnológicos para disponibilizar informação e ferramentas interativas que promovam a saúde:

- Pretende-se com esta atividade definir uma estratégia digital para a promoção da saúde, por forma a tirar partido das potencialidades das tecnologias para oferecer serviços e atuações no âmbito da promoção da saúde. Esta estratégia, além de possibilitar a definição de uma agenda de efemérides, deve englobar a promoção de diferentes ações/ intervenções, tais como:
  - Promover a utilização de aplicações de saúde e bem-estar que forneçam informações sobre hábitos saudáveis, exercícios, meditação, controlo de doenças, etc. e realizar workshops para demonstrar como utilizar esses aplicativos de forma eficaz;
  - Organizar *webinars* e/ ou cursos online;
  - Produzir e/ ou promover podcasts de saúde que abordem tópicos relevantes e entrevistem especialistas na área;
  - Criar vídeos educativos sobre tópicos de saúde relevantes;
  - Otimizar os sites institucionais e as redes sociais das entidades relevantes no âmbito da promoção da saúde;

No anexo 8 apresenta-se o detalhe dos indicadores, metas e estimativa orçamental do PNPS 2023-2027.

7. Plano de ação e seguimento

7.1 Estratégia de implementação

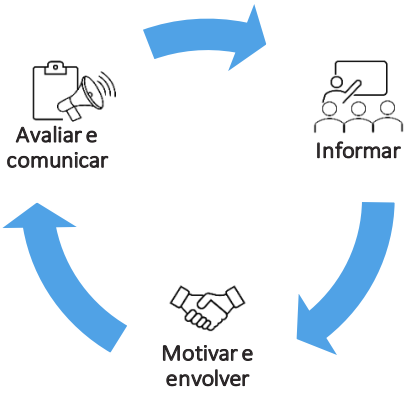
A implementação do PNPS é um processo abrangente que envolve na sua operacionalização a participação e colaboração de diferentes entidades e setores, para a execução das iniciativas ao longo do período de vigência.

Neste contexto, o processo de implementação do PNPS 2023-2027 deverá ser continuado, com avaliações regulares e acompanhado por uma Comissão de Seguimento da implementação.

A Comissão de Seguimento da implementação deverá ser constituída por elementos do INSP e de outras entidades, representantes dos setores-chave e das organizações não governamentais, com intervenção direta ou indireta na promoção da saúde (podendo corresponder à Comissão de Seguimento para a elaboração do PNPS).

A Comissão de Seguimento deverá contribuir e assegurar a operacionalização da estratégia de implementação, assente em três conceitos fundamentais:

Figura 13 – Estratégia de implementação do PNPS 2023-2027



Informar sobre a existência do PNPS, da sua natureza e eixos de intervenção:

- A eficácia do PNPS está também na sua divulgação desde o compromisso ao mais alto nível até aos agentes executores no terreno junto das comunidades, quer sejam instituições da Administração Central, Regional ou Local, quer sejam organizações não governamentais, da Sociedade Civil ou entidades religiosas;
- Os mecanismos de divulgação requerem um esforço continuado de comunicação, pelo que estão contempladas no PNPS 2023-2027 diversas iniciativas de comunicação a realizar ao longo do período de implementação;
- A realização das reuniões do Núcleo de Coordenação Nacional de Promoção da Saúde e o convite regular a outras entidades é uma forma contínua de divulgação do Plano aos novos intervenientes que se integram no processo.

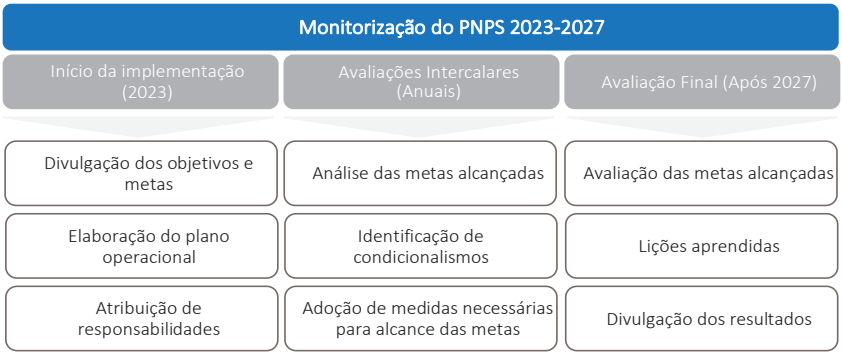
Motivar e envolver os diferentes intervenientes, incluindo-os nas iniciativas e atividades transformadoras e fornecendo-lhes ferramentas concretas de participação:

- A implementação do PNPS pressupõe a organização e a mobilização de recursos, através do compromisso ao mais alto nível e uma atuação multissetorial, com participações distintas, de que se destacam:
    - Os órgãos de Governo, como elemento impulsionador da participação dos diferentes Ministérios, valorizando a promoção da saúde como um desígnio nacional;
    - O INSP, como entidade responsável pela coordenação, dinamização de promoção de saúde e monitorização de resultados;
    - Organizações governamentais e não governamentais, parceiras na conceção, financiamento e suporte na implementação de iniciativas;
    - As Câmaras Municipais, em articulação com as Cidades Saudáveis, como entidade agregadora de proximidade, responsável pela participação na execução em cooperação com as restantes entidades locais.

Avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos **e comunicar** os resultados, introduzindo ações corretivas quando necessário.

Considerando o período alargado do PNPS 2023-2027, entende-se relevante a realização de um processo sistemático de monitorização e avaliação dos resultados que contemple:

- Avaliações intercalares que permitam monitorizar a implementação a curto, médio e longo prazo. As avaliações intercalares permitem analisar o ponto de situação do nível de cumprimento do PNPS a meio percurso de implementação, identificar eventuais imprevistos e condicionalismos e, em última instância, adotar as ações necessárias para alcançar as metas definidas no período remanescente de implementação do PNPS;
- Uma avaliação final (longo prazo), com a análise do nível de cumprimento final do PNPS e lições e condicionalismos identificados durante todo o período de implementação;
- A comunicação dos resultados alcançados, o que deverá contribuir para a motivação e reconhecimento dos intervenientes na implementação do Plano.



O processo de avaliação deverá ser suportado num conjunto de indicadores de desempenho que permitam a avaliação anual e a comparabilidade entre os períodos, que contemplem, pelo menos os seguintes elementos por cada um dos eixos estratégicos de intervenção:

Lista de indicadores de desempenho da implementação	
Atividades	• Nº total de atividades em cada eixo estratégico de intervenção • Percentagem de atividade iniciadas • Percentagem de atividades em curso • Percentagem de atividades concluídas
Metas estabelecidas para o período em Análise	• Nº total de metas alcançadas • Nº de metas parcialmente alcançadas • Nº de metas não alcançadas
Orçamento para o período	• Percentagem do orçamento executado

A avaliação sistemática dos resultados também deverá ser um tema a incorporar na agenda das reuniões do NCNPS, nas quais deverão também ser identificadas as ações e propostas para mitigar riscos de incumprimento das metas, tendo em vista alcançar o maior nível de cumprimento dos objetivos estabelecidos.

7.2 Matriz de implementação

A matriz de implementação do PNPS está organizada de acordo com os 5 eixos estratégicos definidos, sendo identificados os responsáveis, os principais parceiros e fontes de recursos ao nível de cada atividade transformadora.

1. Governança

Governança

Iniciativa 1	**Posicionar a implementação da promoção da saúde como uma prioridade ao mais alto nível**

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 1.1 – Assegurar o lançamento e a apresentação do PNPS ao mais alto nível			
2023	- INSP	- Governo/ MS - Presidência da República - Setor Hoteleiro	- MS - Organismos internacionais
Atividade 1.2 – Formalizar o PNPS através da publicação em Boletim Oficial (BO)			
2023-2024	- INSP	- Governo/ MS - Presidência da República	- MS - Organismos internacionais
Atividade 1.3 – Formalizar a criação do Núcleo de Coordenação Nacional de Promoção da Saúde (NCNPS), através de despacho oficial, identificando de forma clara os objetivos, atribuições e respetiva composição			
2023-2024	- INSP	- Governo - Entidades intervenientes	- MS - INSP - Organismos internacionais
Atividade 1.4 – Socializar e avaliar a apropriação do Plano Nacional de Promoção da Saúde pelos diferentes setores e entidades			
2023-2027	- INSP	- Todas as entidades membros do NCNPS, a referir: DNS; Delegacias de Saúde e Regiões Sanitárias; Escritório conjunto PNUD, UNFPA, UNICEF; OMS; MFFE; CCAD; VerdeFam; DNE; AJOC; Plataforma das ONG; Cidades saudáveis; IDJ; ERIS; Associação de Luta Contra o Cancro	- MS - Organismos internacionais

Iniciativa 2	Fortalecer a coordenação intergovernamental para a promoção da saúde

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 2.1 – Estabelecer um plano para realização de reuniões quadrimestrais do Núcleo Nacional da Promoção da Saúde (NCNPS), de forma a promover a integração de diversos setores e instituições na governança para a promoção da saúde			
2023	- INSP	- Todas as entidades membros do NCNPS, a referir: DNS; Delegacias de saúde e Regiões Sanitárias; Escritório conjunto PNUD, UNFPA, UNICEF; OMS; MFFE; CCAD; VerdeFam; DNE; AJOC; Plataforma das ONG; Cidades saudáveis; IDJ; ERIS; Associação de Luta contra cancro	- MS - Organismos internacionais
Atividade 2.2 – Realizar o Fórum de Promoção da Saúde a cada dois anos, promovendo o compromisso ao mais alto nível e a participação multissetorial com intervenientes que impulsionem a divulgação e promoção do evento com projeção nacional			
2023-2027	- INSP	- Presidência da República - Governo - MS/DNS - Cidades Saudáveis - ME - IDJ - MAA - MFIDS - MJ - MFFE - MAI - MIOTH - ADECO - OMS - OOAS - Plataforma das ONG - Escritório conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF - ONU Habitat - CVCV - Setor hoteleiro	- INSP - Organismos internacionais
Atividade 2.3 – Realizar mesas-redondas temáticas e intersetoriais ao mais alto nível, com a participação dos diversos Deputados, Ministérios, entre outros			
2023-2027	- MS	- Governo - INSP	- MS - Organismos internacionais

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
		- Comissão Especializada de Saúde e questões sociais do parlamento - Entidades internacionais - Entidades nacionais a convidar em função da temática - Setor hoteleiro	
Atividade 2.4 – Assegurar a integração de objetivos e metas para a promoção da saúde e bem-estar em todos os programas de saúde verticais da DNS			
2023-2027	- MS/DNS	- INSP	- MS - Organismos internacionais

Iniciativa 3	Reforçar o papel do INSP enquanto coordenador da promoção da saúde

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 3.1 – Reforçar a equipa dedicada à promoção da saúde e definir procedimentos de retenção de talentos			
2023	- INSP	- MS/ DGPOG - MFFE - MAPME	- INSP
Atividade 3.2 – Formar e capacitar adequadamente toda a equipa do INSP na temática da promoção da saúde e seus determinantes			
2023-2027	- INSP	- Universidades públicas e privadas - MS - Organismos internacionais	- MS - Organismos internacionais
Atividade 3.3 – Reforçar o orçamento do INSP para a promoção da saúde			
2024-2027	- MS	- MFFE	- MFFE

Iniciativa 4	Implementar mecanismos consolidados para a captação e monitorização dos investimentos na promoção da saúde

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 4.1 – Desenvolver termos de referência para projetos/ programas inovadores de promoção da saúde com o patrocínio ao mais alto nível			
2023 - 2027	- MS/ INSP	- Governo/MS - Ministérios envolvidos nas temáticas dos projetos/ programas	- MS e Ministérios envolvidos nas temáticas dos projetos/ programas - Organismos internacionais
Atividade 4.2 – Promover a criação de centros de custos consolidados ao nível do ministério da saúde e do INSP para registo e monitorização dos investimentos para promoção da saúde com detalhe por projeto e ilha			
2023-2024	- MS/DGPOG	- INSP - Entidades financiadoras nacionais e internacionais	- MS
Atividade 4.3 – Elaborar *business cases* para estudar e evidenciar o retorno do investimento em iniciativas concretas da promoção da saúde			
2024-2027	- INSP	- MFFE - MS e outros Ministérios envolvidos nas temáticas dos estudas a realizar	- Ministérios envolvidos nas atividades - Organismos internacionais

Iniciativa 5	Dinamizar a regulação e mecanismos de afetação de verbas fiscais à promoção da saúde

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 5.1 – Colaborar na avaliação de potenciais fontes de receitas fiscais relacionadas com o consumo de produtos nocivos à saúde			
2023 - 2024	- Governo	- MS - MTT - MFFE/ DNP - INSP	- MS - Organismos internacionais

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 5.2 – Promover a criação do fundo de promoção da saúde que permita ampliar a afetação parcial das receitas fiscais de outros setores em benefício da promoção da saúde			
2023-2025	- Governo	- MS - INSP - MFFE/ DNP	- MS - Organismos internacionais

2. Multissetorialidade na saúde

Multissetorialidade na saúde

Iniciativa 6	**Reforçar a atuação do setor público e privado no âmbito da abordagem "Uma só Saúde"**

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 6.1 – Estabelecer parcerias com diferentes instituições dos diversos setores, de forma a promover a sua participação ativa em atividades dirigidas à promoção da saúde			
2023-2027	- MS/ INSP	- Cidades Saudáveis/ ANMCV - Plataforma das ONG - Secretariado Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Entidades locais - IDJ - MFFE - ME - MAA - Banco Africano de Desenvolvimento - OMS - ONUDC - Escritório conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF - OOAS - Associação dos Empresários de CV - Câmaras do Comércio (Barlavento e Sotavento) - Câmara do Turismo - Instituições financeiras - Setor hoteleiro	- MS e Ministérios envolvidos nas atividades - Organismos internacionais
Atividade 6.2 – Promover a adoção de práticas sustentáveis na agricultura, agropecuária e pesca (desperdício, produtos tóxicos) e a monitorização das ações prioritárias nestes setores			

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
2023-2027	- MAA/ DGASP/ INIDA	- INSP - Cidades Saudáveis/ ANMCV - Secretariado Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - FAO	- MAA - Organismos internacionais
Atividade 6.3 – Reforçar as estratégias locais para continuar a contemplar respostas no âmbito da prevenção das doenças transmissíveis e não transmissíveis, bem como dos comportamentos de risco			
2023-2027	- MS/ DNS	- MS (INSP, DNS, CCAD, CCS-SIDA) - IDJ - ME - MFIDS (ICCA, ICIEG) - Fundação menos álcool mais vida - FAO - Universidades públicas e privadas - OMS - OOAS - Plataforma das ONG - Associações Comunitárias - ONUDC - Escritório conjunto PNUD, UNFPA, UNICEF - Associações comunitárias	- MS - Organismos internacionais
Atividade 6.4 – Consolidar e reforçar as medidas de promoção da saúde ambiental, abrangendo nomeadamente o diagnóstico, avaliação, prevenção e controlo dos fatores ambientais que interferem na saúde e bem-estar			
2023-2027	- MAA/ DNA	- INSP - Cidades Saudáveis/ ANMCV - Plataforma das ONG - Entidades locais - ME - MIOTH - ADECO - OMS - Escritório conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF - ONU Habitat	- MAA/ DNA - Câmaras Municipais - Organismos internacionais
Atividade 6.5 – Identificar as medidas de promoção da saúde ambiental efetuadas ao nível dos municípios, abrangendo nomeadamente a recolha, valorização e tratamento adequado dos resíduos			
2023-2027	- ANAS	- INSP - Cidades Saudáveis/ ANMCV - Plataforma das ONG - Entidades locais - ME/ FICASE - MIOTH	- ANAS; - Câmaras Municipais; - Organismos internacionais

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
		- ADECO - OMS - Escritório conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF - ONU Habitat	
Atividade 6.6 – Incentivar a implementação dos planos de contingência a nível das entidades públicas e privadas para atuação em situações de emergência			
2023-2027	- MFIDS	- Cidades Saudáveis/ ANMCV - INSP - MS - MIOTH - MAI - MJ - MTT - MEM	- MFIDS - Organismos internacionais

Iniciativa 7	Operacionalizar a estrutura das Cidades Saudáveis, com suporte nas orientações do PECS-CV

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 7.1 – Reforçar a atuação da Rede de Coordenadores Municipais (Cidades Saudáveis) responsáveis pelo dossier de promoção da saúde em cada município, em articulação com o Núcleo de Coordenação Nacional da Promoção da Saúde (NCNPS)			
2024	- Cidades Saudáveis/ ANMCV	- INSP - Câmaras Municipais	- Câmaras Municipais - Organismos internacionais
Atividade 7.2 – Designar pontos focais responsáveis por dinamizar, promover e apoiar as atividades de promoção da saúde nas comunidades			
2023-2027	- Câmaras Municipais/ Coordenadores municipais responsáveis pelo dossier da promoção da saúde	- INSP - Cidades Saudáveis/ ANMCV - Plataforma das ONG - Associações Comunitárias - ME - IDJ - MS - MAA/DNA/ANAS - Entidades locais	- Câmaras Municipais
Atividade 7.3 – Definir planos de atuação municipais multissetoriais, com foco nos determinantes da saúde, e assegurar a sua implementação e monitorização			

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
2024-2027	- Câmaras Municipais/ Coordenadores municipais responsáveis pelo dossier da promoção da saúde	- INSP - Cidades Saudáveis/ ANMCV - Entidades locais (MAA, MS, ME e outros) - Plataforma das ONG - Associações comunitárias	- INSP - Câmaras Municipais - Organismos internacionais
Atividade 7.4 – Definir os perfis municipais para impulsionar a operacionalização da promoção da saúde			
2023-2025	- Cidades Saudáveis/ ANMCV - Câmaras Municipais/ Coordenadores municipais responsáveis pelo dossier da promoção da saúde	- INSP - OMS - INE - Pontos focais de promoção da saúde; - Plataforma das ONG - Outras entidades locais - Setor hoteleiro	- Organismos internacionais - Cidades Saudáveis

Iniciativa 8	Fortalecer o diálogo entre os diversos setores e valorizar as iniciativas multissetoriais

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 8.1 – Identificar nas reuniões do NCNPS estabelecidas, projetos diferenciadores e multissetoriais com resultados alcançados			
2023-2027	- NCNPS	- Cidades Saudáveis/ ANMCV - Plataforma das ONG - Associações Comunitárias - Universidades públicas e privadas - OMS - ONUDC - Escritório conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF - ONU Habitat - Entidades privadas - MS/ DNS/ INSP/ CCAD/ CCS-SIDA - MAA/ DGASP/ INIDA - ME - IDJ	- Setor privado; - INSP; - Organismos internacionais; - CCS-SIDA

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
		- Outras entidades, públicas ou privadas, relacionados com as temáticas dos projetos apresentados - Setor hoteleiro	
Atividade 8.2 – Promover disseminação e a implementação de boas práticas, isto é, dos projetos previamente identificados como diferenciadores, pelos diferentes municípios			
2023-2027	- NCNPS	- Coordenadores municipais da promoção da saúde - Pontos focais de promoção da saúde - Cidades Saudáveis/ ANMCV	- Setor privado - Câmaras Municipais - Organismos internacionais
Atividade 8.3 – Realizar a avaliação da implementação das boas práticas e estabelecer incentivos e/ ou prémios aos projetos com melhores resultados alcançados nos diferentes municípios			
2023-2027	- NCNPS	- Cidades Saudáveis/ ANMCV - Plataforma das ONG - Associações Comunitárias - Universidades públicas e privadas - OMS - Escritório conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF - Entidades privadas - MS/ DNS/ INSP/ CCAD/ CCS-SIDA - MAA/ DGASP/ INIDA - ME - IDJ - Outras entidades, públicas ou privadas, relacionadas com as temáticas dos projetos apresentados	- Setor privado - Câmaras Municipais - Organismos internacionais

Iniciativa 9	**Promover a implementação e a monitorização das políticas integradas no âmbito da abordagem "Uma só Saúde"**

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 9.1 – Reforçar a supervisão do cumprimento da legislação no âmbito da prevenção e controlo da infeção VIH/ SIDA			
2024-2027	- CCS-SIDA	- INSP - ERIS - DNS - ME - OMS	- MS - Organismos internacionais

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
		- OOAS - MAI - Cidades Saudáveis/ ANMCV - Plataforma das ONG - Escritório Conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF - CNDHC - ONUDC - CCAD - ICIEGI	
Atividade 9.2 – Reforçar a implementação e fiscalização das políticas que definam requisitos de construção e urbanismo que limitem a intervenção nas zonas específicas (ex: orla costeira, zona de proteção vulcânica), assim como incentivar a divulgação à comunidade em geral, com vista a minimizar os impactos de eventuais catástrofes naturais			
2023-2027	- MIOTH	- Cidades Saudáveis/ ANMCV - INSP - MAI - ONU Habitat - Grupo de Trabalho Técnico Regional sobre a Comunicação dos Riscos e o Envolvimento da Comunidade (CREC) com Base na Abordagem "Uma Saúde"	-MIOTH - Organismos internacionais

Iniciativa 10	Reforçar a atuação no âmbito da saúde ambiental

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 10.1 – Identificar as prioridades de investigação no âmbito da promoção de saúde e desenvolver projetos de investigação nas diferentes áreas temáticas, de acordo com as orientações da Agenda Nacional de Investigação em Saúde			
2023-2027	- INSP	- ME/ Secretaria de Estado do Ensino Superior / Gabinete do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - MS/DNS - MAA/DNA/DGASP/INIDA/ANAS	- Ministérios envolvidos nas atividades - Organismos internacionais
Atividade 10.2 – Reforçar e mobilizar recursos para a investigação			
2023-2024	- INSP - Universidades públicas e privadas	- ME/ Secretaria de Estado do Ensino Superior / Gabinete do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - MS/DNS	- Ministérios envolvidos nas atividades

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
		- MAA/DNA/DGASP/INIDA/ANAS	- Organismos internacionais

3. Mobilização e participação social

Mobilização e participação social

Iniciativa 11	**Reforçar a comunicação em promoção da saúde, enquadrada na estratégia de comunicação do INSP**

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 11.1 – Realizar o mapeamento das ações de comunicação desenvolvidas			
2023-2024	- INSP	- Cidades saudáveis/ ANMCV	- INSP
Atividade 11.2 – Desenvolver um plano de comunicação para a promoção da saúde que estabeleça, de forma clara, as ações de comunicação a desenvolver, os conteúdos, os meios, a periodicidade e os respetivos intervenientes			
2024-2027	- INSP	-Ministérios e outras entidades nacionais e internacionais de acordo com os conteúdos temáticos a comunicar - Meios de comunicação social: TV, rádios nacionais e locais - Plataforma das ONG - Associações comunitárias	- Entidades privadas - INSP - Organismos internacionais
Atividade 11.3 – Avaliar a eficácia das ações de comunicação aos respetivos públicos-alvo em termos de recetividade dos conteúdos transmitidos e utilidade dos meios de comunicação utilizados			
2024-2027	- INSP	- INE - Ministérios e outras entidades nacionais e internacionais, de acordo com os conteúdos temáticos a comunicar	- INSP - Organismos internacionais

Iniciativa 12	Mobilizar as comunidades para a promoção da saúde, capacitando e reforçando as competências de forma descentralizada

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 12.1 – Negociar com as universidades e incentivar a disponibilização de formações e conteúdos atualizados no âmbito da promoção da saúde			
2023-2027	- INSP	- Universidades públicas e privadas - MS - ME/ Secretaria de Estado do Ensino Superior - OMS - Escritório Conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF	- ME - Organismos internacionais
Atividade 12.2 – Reforçar a capacitação regular na promoção da saúde dos profissionais de saúde através de cursos/ações de reciclagem de curta duração			
2024-2027	-MS	- INSP - ME - OMS - Escritório conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF	-MS - Organismos internacionais
Atividade 12.3 – Formar e capacitar professores e educadores nos diferentes níveis de ensino e com foco nos determinantes da saúde e na mudança de comportamentos para adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis e promoção da cidadania			
2024-2027	- ME	- MS - Cidades Saudáveis - Plataforma das ONG - Associações Comunitárias - OMS - ONUDC - Escritório Conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF - CCAD - CSS-SIDA - ICIEG - CNDHC	- MS - ME - Organismos internacionais
Atividade 12.4 – Realizar ações anuais de capacitação dos profissionais de outros setores com atuação na promoção da saúde junto da comunidade (como por exemplo líderes municipais, agentes sanitários entre outros), com foco nos determinantes da saúde e na mudança de comportamentos para adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis e promoção da cidadania			
2024-2027	- Cidades Saudáveis/ ANMCV - INSP	- MS (Delegacias de Saúde) - Plataforma das ONG - Associações Comunitárias - OMS	- MS - ME - Organismos internacionais

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
		- ONUDC - Escritório Conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF - CCAD - CSS-SIDA - ICIEG - CNDHC - IEFP - Câmaras do Comércio (Barlavento e Sotavento)	
Atividade 12.5 – Estabelecer parcerias com organizações não governamentais e grupos comunitários para desenvolver ações conjuntas de promoção da saúde			
2023-2027	- Cidades Saudáveis/ ANMCV	- Plataforma das ONG - Associações comunitárias	- Organismos internacionais
Atividade 12.6 – Promover a criação da Linha Nacional de Apoio à Promoção da Saúde que permita encaminhar os utilizadores para o apoio em áreas específicas			
2023-2025	-INSP	- MS/ Gabinete de Comunicação de ciência e Tecnologia em Saúde - NOSi;	- Organismos internacionais

Iniciativa 13	Incentivar as instituições para a responsabilidade social corporativa

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de recursos
Atividade 13.1 – Promover a criação de ambientes de trabalho saudáveis, através da implementação de iniciativas promotoras do bem-estar			
2023-2027	- MFIDS	- INSP - MFFE - IGT - CVCV - Associações de profissionais - UNTC-CS - Entidades privadas - Plataforma das ONG - Escritório Conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF - Outras entidades locais	- Governo/ Ministérios - Organismos internacionais
Atividade 13.2 – Promover a atuação orientada para a sustentabilidade, através de um maior compromisso com o meio ambiente, economia e com a sociedade em termos materiais e humanos.			
2023-2024		- INSP - Plataforma das ONG	- Governo/ Ministérios

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de recursos
		- MFFE - ME - MAA - MICE - OMS - ONUDC - ONU Habitat - Escritório Conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF - Entidades locais - M. Economia Digital - MAA/ DNA - IDJ - UNTC-CS	- Organismos internacionais

Iniciativa 14	Incentivar a participação comunitária para a promoção da saúde

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de recursos
Atividade 14.1 – Criar grupos de trabalho comunitários compostos por representantes da comunidade, profissionais de saúde e outros intervenientes relevantes para identificar problemas de saúde, propor iniciativas e avaliar resultados			
	- Cidades Saudáveis	- INSP - Plataforma das ONG - Associações comunitárias	- Organismos internacionais

4. Humanização, inclusão e equidade

Humanização, inclusão e equidade

Iniciativa 15	Promover o acesso de todos à saúde

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 15.1 – Reforçar a atuação dos cuidados de saúde primários na promoção da saúde			
2024-2027	-DNS	- MS/ Delegacias de Saúde - Associações comunitárias - Universidades públicas e privadas	- MS - Organismos internacionais

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
		- Plataforma das ONG	
Atividade 15.2 – Dinamizar inquéritos para conhecimento das fragilidades do nível de acesso da população à saúde e para monitorização das estratégias implementadas			
2023-2024	- INSP	- INE - MS - ME - MFIDS - MAI - MIOTH - CNDHC - ICIEG - MORABI - OMS - Escritório conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF	- INSP - Organismos internacionais
Atividade 15.3 – Disponibilizar recursos de comunicação adaptados (quer em conteúdo, quer em formato, etc.), por forma a assegurar o acesso de toda a população à informação, em especial os mais vulneráveis			
2023-2027	- INSP	- Meios de Comunicação Social - ADVIC - MS -ICIEG - MFIDS - MCIC - MJ/ DGSPRS - CNDHC - MORABI	- Entidades privadas - INSP - Organismos Internacionais
Atividade 15.4 – Participar em iniciativas para a redução das barreiras físicas, financeiras e discriminatórias no acesso aos cuidados de saúde, designadamente para os mais vulneráveis (ex. pessoas com incapacidade física e mental, desfavorecidas financeiramente, migrantes)			
2023-2027	- INSP	- INE - MFIDS - MCIC - MS - ERIS - MJ/ DGSPRS - MORABI - CNDHC - ICIEG	- MS - Organismos internacionais

Iniciativa 16	Promover uma cultura de respeito e solidariedade, através da capacitação dos profissionais e comunidades

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 16.1 – Dinamizar ações de capacitação sobre comunicação empática, sensibilidade cultural, abordagens sem preconceitos e técnicas de atendimento inclusivo aos profissionais com atuação direta e indireta na saúde			
2024-2027	- INSP	- ICIEG - MFIDS - CNDHC - Associações comunitárias - Outras entidades em função dos temas específicos	- Ministérios intervenientes - Organismos internacionais
Atividade 16.2 – Realizar campanhas/ ações de sensibilização para conscienciализar a população sobre a importância da humanização, inclusão e equidade na promoção da saúde, ajudando a combater estereótipos, estigmas e preconceitos			
2024-2027	- INSP	- ICIEG - MFIDS - CNDHC - Associações comunitárias - Outras entidades em função dos temas específicos	- Ministérios intervenientes - Organismos internacionais

Iniciativa 17	Impulsionar a atuação no âmbito da Saúde Mental em todo o ciclo de vida

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 17.1 – Promover as políticas de desinstitucionalização dos doentes de saúde mental e integração comunitária, de acordo com as orientações do Plano Estratégico Nacional para a Saúde Mental 2021-2025			
2023-2025	- DNS	- INSP - Delegacias de Saúde e Regiões Sanitárias - Plataforma das ONG - CVCV - Associações Comunitárias - Câmaras Municipais - Associação de Psicólogos de CV - Serviços privados; - Extensão de HUAN (Hospital da Trindade)	- MS - Organismos internacionais

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
		- Igrejas e Associações Religiosas (ex.: Fazenda Esperança) - Hospitais Centrais e Regionais - Comunidades Terapêuticas	
Atividade 17.2 – Reforçar o papel dos Centros de Saúde na prevenção e promoção da saúde mental			
2023-2024	- DNS	- INSP - Delegacias de Saúde e Regiões Sanitárias - Universidades públicas e privadas - MFIDS - Câmaras Municipais - Associação de Psicólogos de CV	- MS - MFFE - Organismos internacionais
Atividade 17.3 – Capacitar os profissionais afetos às instituições de saúde para a promoção da saúde mental			
2023-2027	- INSP	- DNS - ME - Universidades públicas e privadas - Ordens e Associações Profissionais da área da saúde - OMS	- MS - Organismos internacionais
Atividade 17.4 – Estabelecer parcerias/ protocolos para promover programas de educação e consciencialização sobre a saúde mental nas escolas, locais de trabalho e na comunidade, de forma a destacar a importância da saúde mental e combater o estigma relacionado aos problemas psicológicos			
	- MS/ DNS	- INSP - Delegacias de Saúde e Regiões Sanitárias - Plataforma das ONG - CVCV - Associações Comunitárias - Câmaras Municipais - Associação de Psicólogos de CV - Serviços Privados de Saúde, particularmente relacionados com as doenças mentais; - Extensão de HUAN (Hospital da Trindade) - Igrejas e Associações Religiosas (ex.: Fazenda Esperança) - Hospitais Centrais e Regionais - Comunidades Terapêuticas - CNDHC	- MS - Organismos internacionais

Iniciativa 18	**Promover e implementar medidas para reduzir as assimetrias regionais no âmbito da abordagem "Uma só Saúde"**

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 18.1 – Colaborar com os municípios e com as entidades competentes no sentido de melhorar os níveis de cobertura regional em algumas áreas prioritárias, designadamente em termos de: (i) Utilização de fontes de água melhorada; (ii) Disponibilização de águas residuais ligadas à instalação sanitária; (iii) Disponibilização de contentores e recolha de lixo; (iv) Escolas com infraestruturas sanitárias, acesso à água potável e sistema de saneamento adequados.			
2023 - 2027	- Governo/ Cidades Saudáveis	- INSP - Plataforma das ONG - Entidades locais - MS - MFFE - ME/ FICASE - MAA/ DNA/ ANAS - OMS - ONU Habitat - Escritório conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF	- Câmaras Municipais - Organismos internacionais

5. Cidadania e literacia em saúde

Cidadania e literacia em saúde

Iniciativa 19	**Reforçar a educação em saúde e a sensibilização das comunidades para os temas de cidadania, promoção da saúde e prevenção da doença**

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 19.1 – Participar na elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Literacia em Saúde, enquadrado nas orientações do Plano Estratégico do INSP			
2023-2027	- INSP	- MS/DNS/DGPOG - MAA/DNA/ DGASP/INIDA/ANAS - ME - Plataforma das ONG - Associações Comunitárias - Cidades Saudáveis/ ANMCV	- INSP - Organismos internacionais
Atividade 19.2 – Reforçar a realização de ações/ campanhas educativas e de sensibilização, palestras, workshops, etc., com o objetivo de capacitar a comunidade para temas específicos da promoção da saúde e para o exercício da cidadania			

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
2023-2027	- INSP	- DNS - ME/ FICASE - OMS - FAO - Escritório conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF - Outras instituições públicas e privadas envolvidas nos respetivos temas - Plataforma das ONG - Associações Comunitárias	- Entidades privadas - INSP - MS - Organismos internacionais
Atividade 19.3 – Reforçar a implementação de programas de educação em saúde nas escolas, adaptados às diferentes faixas etárias, abordando as diferentes áreas temáticas da promoção da saúde			
2024-2027	- ME/ INSP	- ONG - MS - Universidades públicas e privadas - Instituições de ensino privado - IDJ - MAA/ ANAS - MFIDS - MIOTH - OMS - ONUDC - FAO - Escritório conjunto de PNUD, UNFPA, UNICEF - FICASE - Outras instituições públicas e privadas envolvidas nos respetivos temas	- MS - ME - Organismos internacionais
Atividade 19.4 – Promover a educação para o autocuidado e autogestão da doença crónica, incluindo a utilização de ferramentas digitais			
2024-2027	- DNS	- INSP - GTCIS - NOSi - Ordens e Associações Profissionais relacionados com a saúde - OMS - Escritório conjunto PNUD, UNFPA, UNICEF - ME	- Entidades Privadas - MS - Organismos internacionais

Iniciativa 20	Assegurar a disponibilização de informação confiável sobre os diversos temas de promoção da saúde

Período	Responsável	Principais parceiros de implementação	Fontes de Recursos
Atividade 20.1 – Promover a educação da comunidade sobre formas de pesquisa, avaliação e utilização das informações de saúde disponíveis na internet, permitindo, assim, que a comunidade tenha acesso a informação fiável e que compreenda os conteúdos de saúde disponibilizados online.			
2023-2027	- INSP	- M. Economia Digital - Cidades Saudáveis/ ANMCV - NOSi - GTCIS	-INSP
Atividade 20.2 – Conceber, produzir e distribuir material educativo tal como panfletos, infografias e guias que forneçam informações práticas e facilmente compreensíveis sobre tópicos relevantes da saúde e promoção da saúde			
2023-2027	- INSP	- MS/ Delegacias de Saúde - ME - Cidades Saudáveis/ ANMCV - OMS - ONUDC - FAO - Escritório conjunto do PNUD, UNFPA, UNICEF - Outras instituições públicas e privadas	- INSP - Organismos internacionais
Atividade 20.3 – Potenciar a utilização dos recursos tecnológicos para disponibilizar informação e ferramentas interativas que promovam a saúde			
2023-2027	- INSP	- M. Economia Digital - MS - GTCIS - Plataforma das ONG - MAA - Gabinete de comunicação e imagem do Governo - NOSi	- INSP - Organismos internacionais

8. Anexo – Atividades, Indicadores e Metas para implementação

Apresentam-se, de seguida, os indicadores de acompanhamento das atividades assim como as respetivas metas:

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
Eixo 1 **Governança**	1. Posicionar a implementação da promoção da saúde como uma prioridade ao mais alto nível	1.1. Assegurar o lançamento e a apresentação do PNPS ao mais alto nível;	Evento de lançamento e apresentação do PNPS	Evento de apresentação realizado	-	-	-	-	240.000 ECV
				240.000 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	
		1.2. Formalizar o PNPS através da publicação em Boletim Oficial (BO);	Despacho de oficialização do PNPS23-27 publicado em BO	-	PNPS 23-27 oficializado	-	-	-	100.000 ECV
				0 ECV	100.000 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	
		1.3. Formalizar a criação do Núcleo de Coordenação Nacional de Promoção da Saúde (NCNPS), através de despacho oficial, identificando de forma clara os objetivos, atribuições e respetiva composição;	Despacho de oficialização do NCNPS publicado em BO	-	NCNPS oficializado (1º semestre 2024)	-	-	-	100.000 ECV
				0 ECV	100.000 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	
		1.4. Socializar e avaliar a apropriação do Plano Nacional de Promoção da Saúde pelos diferentes setores e entidades.	Avaliação semestral da implementação do plano com os diferentes setores e atelier de socialização	Avaliação setorial da implementação do Plano, realizada semestralmente ao longo do período de implementação, e respetiva socialização dos resultados efetuada					3.950.000 ECV
				790.000 ECV	790.000 ECV	790.000 ECV	790.000 ECV	790.000 ECV	

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
	2. Fortalecer a coordenação intergovernamental para a promoção da saúde	2.1. Estabelecer um plano para realização de reuniões quadrimestrais do Núcleo Nacional da Promoção da Saúde (NCNPS), de forma a promover a integração de diversos setores e instituições na governança para a promoção da saúde;	Plano de reuniões estabelecido	Plano de reuniões estabelecido	-	-	-	-	2.145.000 ECV
			Nº de reuniões do NCNPS realizadas por ano	-	3 reuniões realizadas	3 reuniões realizadas	3 reuniões realizadas	3 reuniões realizadas	
				165.000 ECV	495.000 ECV	495.000 ECV	495.000 ECV	495.000 ECV	
		2.2. Realizar o Fórum de Promoção da Saúde a cada dois anos, promovendo o compromisso ao mais alto nível e a participação multissetorial com intervenientes que impulsionem a divulgação e promoção do evento com projeção nacional;	Fórum de Promoção da Saúde realizado	Fórum de PS realizado	-	Fórum de PS realizado	-	Fórum de PS realizado	720.000 ECV
				240.000 ECV		240.000 ECV		240.000 ECV	
		2.3. Realizar mesas-redondas temáticas e intersetoriais ao mais alto nível, com a participação dos diversos Deputados, Ministérios, entre outros;	Mesas-redondas temáticas realizadas com regularidade	≥ 1 mesa-redonda, sobre qualquer área temática, realizada anualmente					2.310.000 ECV
				165.000 ECV	330.000 ECV	495.000 ECV	660.000 ECV	660.000 ECV	
		2.4. Assegurar a integração de objetivos e metas para a promoção da saúde e bem-estar em todos os programas de saúde verticais da DNS;	Programas de saúde com objetivos e metas para a promoção da saúde integrados	≥25% dos programas	≥50% dos programas	≥75% dos programas	100% dos programas	100% dos programas	150.000 ECV
				30.000 ECV	30.000 ECV	30.000 ECV	30.000 ECV	30.000 ECV	
	3. Reforçar o papel do INSP enquanto coordenador da área de promoção da saúde de acordo com o seu Estatuto	3.1. Reforçar a equipa dedicada à promoção da saúde e definir procedimentos de retenção de talentos	Nº de Técnicos dedicados à promoção da saúde * Nº de técnicos afetos atualmente	4*	5	6	7	8	5.863.100 ECV
				0 ECV	559.200 ECV	1.163.136 ECV	1.744.704 ECV	2.396.060 ECV	
		3.2. Formar e capacitar adequadamente toda a equipa do INSP na temática da	Equipa da promoção da saúde formada e	-	≥ 1 Formação realizada à equipa	-	≥ 1 Formação realizada à equipa	-	440.000 ECV

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
		promoção da saúde e seus determinantes;	capacitada/ atualizada	0 ECV	220.000 ECV	0 ECV	220.000 ECV	0 ECV	
		3.3. Reforçar o orçamento do INSP para a promoção da saúde.	% de aumento do orçamento do INSP para a promoção da saúde	-	Orçamento reforçado em 20%	Orçamento atualizado em ≥20%	Orçamento atualizado em ≥20%	Orçamento atualizado em ≥20%	8.240.337 ECV
				0 ECV	1.535.085 ECV	1.842.102 ECV	2.210.523 ECV	2.652.627 ECV	
	4. Implementar mecanismos consolidados para a captação, monitorização e priorização dos investimentos em promoção da saúde	4.1. Desenvolver termos de referência para projetos/ programas inovadores de promoção da saúde com o patrocínio ao mais alto nível	Nº de projetos inovadores desenvolvidos e divulgados	-	≥ 1 Projeto inovador desenvolvido e divulgado	-	≥ 1 Projeto inovador desenvolvido e divulgado	-	800.000 ECV
				200.000 ECV	200.000 ECV	200.000 ECV	200.000 ECV	0 ECV	
		4.2. Promover a criação de centros de custos consolidados ao nível dos Ministérios e do INSP para registo e monitorização dos investimentos na promoção da saúde com segregação por projeto e ilha	Centros de custos consolidados criados e implementados com detalhe por projeto e ilha	Centros de custo criados	Centros de custo implementados	-	-	-	330.000 ECV
				330.000 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	
		4.3. Elaborar business cases para estudar e evidenciar o retorno do investimento em iniciativas concretas da promoção da saúde.	Prioridades de investimento para estudos de caso definidas periodicamente	Definir as prioridades 2024/2025, a referir (i) álcool; (ii) bebidas açucaradas; (iii) sal, açúcar e gorduras			Rever as prioridades	-	6.660.000 ECV
			Nº de *Business cases* elaborados	-	≥ 1 business case elaborado para uma das prioridades	≥ 1 business case elaborado para uma das prioridades	≥ 1 business case elaborado de acordo com as novas prioridades definidas	≥ 1 business case elaborado de acordo com as novas prioridades definidas	
				60.000 ECV	1.650.000 ECV	1.650.000 ECV	1.650.000 ECV	1.650.000 ECV	

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
	5. Promover a regulação e mecanismos de afetação de verbas fiscais à promoção da saúde	5.1. Colaborar na avaliação de potenciais fontes de receitas fiscais relacionadas com o consumo de produtos nocivos à saúde;	Potenciais fontes de receitas fiscais identificadas e avaliadas	-	Fontes de receitas fiscais identificadas e avaliadas	-	-	-	30.000 ECV
				0 ECV	30.000 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	
		5.2. Promover a criação do fundo de promoção da saúde que permita ampliar a afetação parcial das receitas fiscais de outros setores em benefício da promoção da saúde.	Fundo de promoção da saúde definido	-	-	Fundo de promoção da saúde constituído	-	-	30.000 ECV
				0 ECV	0 ECV	30.000 ECV	0 ECV	0 ECV	
Eixo 2 **Multissetorialidade na saúde**	6. Reforçar a atuação dos setores público e privado no âmbito da abordagem "Uma só Saúde"	6.1. Estabelecer parcerias com diferentes instituições, dos diversos setores, de forma a promover a sua participação ativa em atividades dirigidas à promoção da saúde.	Nº de iniciativas implementadas no âmbito de parcerias/ protocolos estabelecidos	-	≥ 2 iniciativa anuais implementadas no âmbito de parcerias/ protocolos				1.600.000 ECV
				0 ECV	400.000 ECV	400.000 ECV	400.000 ECV	400.000 ECV	
		6.2. Promover a adoção de práticas sustentáveis na agricultura, agropecuária e pesca (desperdício, produtos tóxicos) e a monitorização das ações prioritárias nestes setores;	Ações prioritárias identificadas e monitorizadas	-	Monitorização anual da implementação das ações prioritárias dos planos setoriais já existentes				240.000 ECV
				0 ECV	60.000 ECV	60.000 ECV	60.000 ECV	60.000 ECV	
		6.3. Reforçar as estratégias locais para continuar a contemplar respostas no âmbito da prevenção das doenças transmissíveis e não transmissíveis, bem como dos comportamentos de risco;	Nº de ações sobre prevenção das doenças transmissíveis, não transmissíveis, comportamento de risco) realizadas, por município	Mapeamento das ações realizadas, por município, para servir de *baseline*	≥ + 2 ações por município, face ao valor *baseline*	≥ + 2 ações por município, face ao ano anterior	≥ + 2 ações por município, face ao ano anterior	≥ + 2 ações por município, face ao ano anterior	22.880.000 ECV
				880.000 ECV	5.500.000 ECV	5.500.000 ECV	5.500.000 ECV	5.500.000 ECV	
		6.4. Consolidar e reforçar as medidas de promoção da saúde ambiental, abrangendo nomeadamente o diagnóstico, avaliação, prevenção e controlo dos fatores ambientais que	Nº de ações de promoção da saúde ambiental implementadas, por município	Mapeamento das ações realizadas, por município, para servir de *baseline*	≥ + 2 ações por município, face ao valor *baseline*	≥ + 2 ações por município, face ao ano anterior	≥ + 2 ações por município, face ao ano anterior	≥ + 2 ações por município, face ao ano anterior	22.880.000 ECV
				880.000 ECV	5.500.000 ECV	5.500.000 ECV	5.500.000 ECV	5.500.000 ECV	

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
		interferem na saúde e bem-estar;							
		6.5. Identificar as medidas de promoção da saúde ambiental efetuadas ao nível dos municípios, abrangendo nomeadamente a recolha, valorização e tratamento adequado dos resíduos;	Nº de ações para melhoria do acesso à água e saneamento, implementadas em todos os municípios	Mapeamento das ações realizadas, por município, para servir de *baseline*	≥ + 2 ações por município, face ao valor *baseline*	≥ + 2 ações por município, face ao ano anterior	≥ + 2 ações por município, face ao ano anterior	≥ + 2 ações por município, face ao ano anterior	22.880.000 ECV
				880.000 ECV	5.500.000 ECV	5.500.000 ECV	5.500.000 ECV	5.500.000 ECV	
		6.6. Incentivar a implementação dos planos de contingência a nível das entidades públicas e privadas para atuação em situações de emergência;	Entidades com planos de contingência implementados	-	≥ 15% das entidades com planos de contingência implementados	≥ 20% das entidades com planos de contingência implementados	≥ 25% das entidades com planos de contingência implementados	≥ 30% das entidades com planos de contingência implementados	660.000 ECV
					165.000 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	
	7. Operacionalizar a estrutura das Cidades Saudáveis, suportado nas orientações do PECS-CV	7.1. Reforçar a atuação da Rede de Coordenadores Municipais (Cidades Saudáveis) responsáveis pelo dossier de promoção da saúde em cada município em articulação com o Núcleo de Coordenação Nacional da Promoção da Saúde (NCNPS)	Coordenadores municipais designados	-	Coordenadores identificados	-	-	-	200.000 ECV
				0 ECV	200.000 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	
		7.2. Designar pontos focais responsáveis por dinamizar, promover e apoiar as atividades de promoção da saúde nas comunidades;	Pontos focais identificados	-	Pontos focais identificados	-	-	-	800.000 ECV
				0 ECV	200.000 ECV	200.000 ECV	200.000 ECV	200.000 ECV	
		7.3. Definir planos de atuação municipais multissetoriais com foco nos determinantes da saúde e assegurar a sua implementação e monitorização;	Planos de atuação definidos e implementados em todos os municípios	-	Plano de atuação municipal definido para todos os municípios	Implementação do plano em todos os municípios e monitorização regular			5.645.000 ECV
				0 ECV	2.750.000 ECV	965.000 ECV	965.000 ECV	965.000 ECV	

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
		7.4. Definir os perfis municipais para impulsionar a operacionalização da promoção da saúde.	Perfis municipais elaborados	-	Perfis elaborados para 50% dos municípios	Perfis elaborados para todos os municípios	-	-	14.960.000 ECV
			Atelier de validação realizado em cada município	-	Ateliers realizados em ≥ 50% dos municípios	Ateliers realizados em todos os municípios	-	-	
				0 ECV	7.480.000 ECV	7.480.000 ECV	0 ECV	0 ECV	
	8. Fortalecer o diálogo entre os diversos setores e valorizar as iniciativas multissetoriais	8.1. Identificar, nas reuniões do NCNPS estabelecidas, projetos diferenciadores e multissetoriais, com resultados alcançados;	Apresentação dos projetos nas reuniões do NCNPS Divulgação nos sites das entidades intervenientes (Ministérios envolvidos, INSP, Cidades saudáveis, outros)	≥ 1 projeto anual inovador implementado e divulgado					1.750.000 ECV
				0 ECV	250.000 ECV	500.000 ECV	500.000 ECV	500.000 ECV	
		8.2. Promover disseminação e a implementação de boas práticas, isto é, dos projetos previamente identificados como diferenciadores, pelos diferentes municípios;	Nº de municípios abrangidos	Alcançar ≥5 municípios distintos					660.000 ECV
				0 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	
		8.3. Realizar a avaliação da implementação das boas práticas e estabelecer incentivos e/ ou prémios aos projetos com melhores resultados alcançados nos diferentes municípios;	Nº de incentivos e/ou prémios atribuídos	≥ 1 incentivo e/ou prémio atribuído anualmente ao município					3.320.000 ECV
				0 ECV	830.000 ECV	830.000 ECV	830.000 ECV	830.000 ECV	

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
	9. Promover a implementação e a monitorização das políticas integradas no âmbito da abordagem "Uma só Saúde"	9.1. Reforçar a supervisão do cumprimento da legislação no âmbito da prevenção e controlo da infeção VIH/ SIDA;	Relatório Anual de Avaliação e Monitorização	-	Relatório anual de avaliação e monitorização desenvolvido				4.180.000 ECV
				0 ECV	1.045.000 ECV	1.045.000 ECV	1.045.000 ECV	1.045.000 ECV	
		9.2. Reforçar a implementação e fiscalização das políticas que definam requisitos de construção e urbanismo que limitem a intervenção nas zonas específicas (ex: orla costeira, zona de proteção vulcânica), assim como incentivar a divulgação à comunidade em geral, com vista a minimizar os impactos de eventuais catástrofes naturais;	Municípios com a regulamentação implementada	-	≥ 50% dos Municípios c/ a regulamentação implementada	≥ 60% dos Municípios c/ a regulamentação implementada	≥ 70% dos Municípios c/ a regulamentação implementada	≥ 80% dos Municípios c/ a regulamentação implementada	660.000 ECV
				0 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	
	10. Desenvolver evidência científica sobre os determinantes sociais de saúde ao longo do ciclo de vida	10.1. Identificar as prioridades de investigação no âmbito da promoção de saúde e desenvolver projetos de investigação nas diferentes áreas temáticas, de acordo com as orientações da Agenda Nacional de Investigação em Saúde;	Nº de projetos iniciados	Prioridades definidas	≥1 projeto iniciado, anualmente, em qualquer das áreas temáticas definidas				400.000 ECV
				0 ECV	100.000 ECV	100.000 ECV	100.000 ECV	100.000 ECV	
		10.2. Reforçar e mobilizar recursos para a investigação.	Nº de protocolos para investigação firmados	-	≥ 1 protocolo por ano				330.000 ECV
				165.000 ECV	165.000 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
Eixo 3 Mobilização e participação social	11. Reforçar a comunicação em promoção da saúde, enquadrado na estratégia de comunicação do INSP	11.1. Realizar o mapeamento das ações de comunicação desenvolvidas;	Mapeamento das ações de comunicação realizado	Mapeamento das ações realizado	-	-	-	-	2.750.000 ECV
				2.750.000 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	
		11.2. Desenvolver um plano de comunicação para a promoção da saúde que estabeleça, de forma clara, as ações de comunicação a desenvolver, os conteúdos, os meios, a periodicidade e os respetivos intervenientes;	Plano de Comunicação definido	-	Plano de Comunicação	Ajuste anual do plano de comunicação			2.816.000 ECV
				0 ECV	1.760.000 ECV	352.000 ECV	352.000 ECV	352.000 ECV	
		11.3. Avaliar a eficácia das ações de comunicação, aos respetivos públicos-alvo, em termos de recetividade dos conteúdos transmitidos e utilidade dos meios de comunicação utilizados.	Inquérito sobre recetividade das ações de comunicação realizado e avaliado	-	I inquérito realizado	Monitorização contínua dos resultados	Monitorização contínua dos resultados	II inquérito realizado	7.150.000 ECV
				0 ECV	2.750.000 ECV	825.000 ECV	825.000 ECV	2.750.000 ECV	
	12. Mobilizar as comunidades para a promoção da saúde, capacitando e reforçando as competências de forma descentralizada	12.1. Negociar com as universidades e incentivar a disponibilização de formações e conteúdos atualizados no âmbito da promoção da saúde.	Nº de propostas negociadas e em execução	-	≥ 1 proposta negociada	≥ 1 proposta negociada e/ ou em execução, anualmente			1.120.000 ECV
				0 ECV	280.000 ECV	280.000 ECV	280.000 ECV	280.000 ECV	
		12.2. Reforçar a capacitação regular na promoção da saúde dos profissionais de saúde através de cursos/ações de reciclagem de curta duração;	Nº de profissionais de saúde capacitados por ano	-	≥ 20 profissionais de saúde capacitados e sensibilizados, anualmente				4.000.000 ECV
				0 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	
		12.3. Formar e capacitar professores e educadores nos diferentes níveis de ensino e com foco nos determinantes da saúde e na mudança de comportamentos para adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis e promoção da cidadania;	Nº de professores e educadores capacitados, por ano		≥ 20 professores e educadores capacitados e sensibilizados, anualmente				4.000.000 ECV
				0 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
		12.4. Realizar ações anuais de capacitação dos profissionais de outros setores com atuação na promoção da saúde junto da comunidade (como por exemplo líderes municipais, agentes sanitários entre outros), com foco nos determinantes da saúde e na mudança de comportamentos para adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis e promoção da cidadania;	Nº de ações anuais de capacitação de profissionais de outros setores com atuação na promoção da saúde	≥ 1 ação anual de capacitação realizada por município e alcançar ≥ 20 profissionais, por setor					4.000.000 ECV
				0 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	
		12.5. Estabelecer parcerias com organizações não governamentais e grupos comunitários para desenvolver ações conjuntas de promoção da saúde;	Nº de parcerias por município	-	≥ 1 parceria por município	≥ 1 parceria por município	≥ 1 parceria por município	≥ 1 parceria por município	0 ECV
				0 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	
		12.6. Promover a criação da Linha Nacional de Apoio à Promoção da Saúde, que permita encaminhar os utilizadores para o apoio em áreas específicas;	Linha Nacional de Apoio à Promoção da Saúde desenvolvida e implementada	-	-	Linha desenvolvida e em funcionamento	-	-	7.171.000 ECV
				0 ECV	0 ECV	2.977.000 ECV	2.097.000 ECV	2.097.000 ECV	

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
	13. Incentivar as instituições para a responsabilidade social corporativa	13.1. Promover a criação de ambientes de trabalho saudáveis, através da implementação de iniciativas promotoras do bem-estar, tais como: (i) Reforçar a implementação de medidas de saúde e segurança ocupacional; (ii) Implementar programas de bem-estar, que estimulem a prática de atividade física; (iii) Fomentar uma cultura de respeito e inclusão; (iv) Estabelecer canais de comunicação abertos e transparentes; (v) Promover o investimento no desenvolvimento pessoal dos colaboradores.	Nº de iniciativas de promoção de ambientes de trabalho saudável	Pelo menos 10 corporações (públicas e privadas) com ≥ 1 iniciativa implementada, anualmente			50% das corporações (nº colaboradores--- PME) com ≥1 iniciativa implementada, anualmente		825.000 ECV
				165.000 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	
		13.2. Promover a atuação orientada para a sustentabilidade, através de um maior compromisso com o meio ambiente, economia e com a sociedade, em termos materiais e humanos.	Plano de Ação de Responsabilidade Social	-	Plano de Ação de Responsabilidade Social elaborado	-	-	-	550.000 ECV
				0 ECV	550.000 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	
	14. Incentivar a participação individual e comunitária para a promoção da saúde	14.1. Criar grupos de trabalho comunitários compostos por representantes da comunidade, profissionais de saúde e outros intervenientes relevantes para identificar problemas de saúde, propor iniciativas e avaliar resultados	Grupos de trabalho constituídos	-	1 grupo de trabalho constituído, anualmente				1.000.000 ECV
				0 ECV	250.000 ECV	250.000 ECV	250.000 ECV	250.000 ECV	

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
Eixo 4 Humanização, inclusão e equidade	15. Promover o acesso de todos à saúde	15.1. Reforçar a atuação dos cuidados de saúde primários na promoção da saúde;	Nº de Centros de Saúde c/ ações de promoção da saúde implementadas	-	50% dos CS com ações de PS implementadas	75% dos CS com ações de PS implementadas	90% dos CS com ações de PS implementadas	100% dos CS com ações de PS implementadas	3.150.000 ECV
				0 ECV	500.000 ECV	750.000 ECV	900.000 ECV	1.000.000 ECV	
		15.2. Dinamizar inquéritos para conhecimento das fragilidades, do nível de acesso da população à saúde e para monitorização das estratégias implementadas;	Inquérito de acesso da população realizado	-	I Inquérito realizado	-	-	II inquérito após o término de vigência do plano, no âmbito da sua avaliação.	5.500.000 ECV
				0 ECV	2.750.000 ECV	0 ECV	0 ECV	2.750.000 ECV	
		15.3. Disponibilizar recursos de comunicação adaptados (quer em conteúdo, quer em formato, etc.), por forma a assegurar o acesso de toda a população à informação, em especial os mais vulneráveis.	Nº de ações de comunicação realizadas para os públicos-alvo definidos	≥ 2 ações de comunicação anuais disponibilizadas em formatos inclusivos (por exemplo em Língua materna, gestual, braille, entre outras)					10.000.000 ECV
				2.000.000 ECV	2.000.000 ECV	2.000.000 ECV	2.000.000 ECV	2.000.000 ECV	
		15.4. Participar em iniciativas para a redução das barreiras físicas, financeiras e discriminatórias no acesso aos cuidados de saúde, designadamente para os mais vulneráveis (ex. pessoas com incapacidade física e mental, desfavorecidas financeiramente, migrantes);	Nº de intervenções realizadas	≥ 2 intervenções anuais realizadas					5.000.000 ECV
				1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
	16. Promover uma cultura de respeito e solidariedade através da capacitação dos profissionais e comunidades	16.1. Dinamizar ações de capacitação sobre comunicação empática, sensibilidade cultural, abordagens sem preconceitos e técnicas de atendimento inclusivo aos profissionais com atuação direta e indireta na saúde;	Nº de ações de capacitação realizadas aos profissionais	-	≥ 2 ações de capacitação realizadas anualmente				3.760.000 ECV
				0 ECV	940.000 ECV	940.000 ECV	940.000 ECV	940.000 ECV	
		16.2. Realizar campanhas/ ações de sensibilização para consciencializar a população sobre a importância da humanização, inclusão e equidade na promoção da saúde, ajudando a combater estereótipos, estigmas e preconceitos;	Nº de ações de capacitação realizadas à comunidade	-	≥ 2 ação de capacitação realizada anualmente				3.760.000 ECV
				0 ECV	940.000 ECV	940.000 ECV	940.000 ECV	940.000 ECV	
	17. Impulsionar a atuação no âmbito da promoção da Saúde Mental em todo o ciclo de vida	17.1. Promover as políticas de desinstitucionalização dos doentes de saúde mental e integração comunitária de acordo com as orientações do Plano Estratégico Nacional para a Saúde Mental 2021-2025;	Plano Estratégico Nacional de Saúde Mental implementado	-	-	Plano Estratégico Nacional de Saúde Mental implementado	-	-	495.000 ECV
				165.000 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	0 ECV	0 ECV	
		17.2. Reforçar o papel dos Centros de Saúde na prevenção e promoção da saúde mental;	Profissionais na área da saúde mental disponíveis nos centros de saúde	-	Plano de reforço dos profissionais na área da saúde mental para implementação faseada desenvolvido	-	-	-	30.000 ECV
				15.000 ECV	15.000 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
		17.3. Capacitar os profissionais afetos às instituições de saúde para a promoção da saúde mental;	Nº de profissionais capacitados, disponíveis e ativos na área da saúde mental	≥ 20 profissionais capacitados, anualmente					1.900.000 ECV
				380.000 ECV	380.000 ECV	380.000 ECV	380.000 ECV	380.000 ECV	
		17.4. Estabelecer parcerias/ protocolos para promover programas de educação e consciencialização sobre a saúde mental, nas escolas, locais de trabalho e na comunidade, de forma a destacar a importância da saúde mental e combater o estigma relacionado aos problemas psicológicos;	Nº de iniciativas de promoção da saúde mental implementadas no âmbito de parcerias/ protocolos estabelecidos	-	≥ 2 iniciativa anuais implementadas no âmbito de parcerias/ protocolos				660.000 ECV
				0 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	165.000 ECV	
	18. Promover e implementar medidas para reduzir as assimetrias regionais no âmbito da abordagem "Uma só Saúde"	18.1. Colaborar com os municípios e com as entidades competentes no sentido de melhorar os níveis de cobertura regional em algumas áreas prioritárias, designadamente em termos de: (i) Utilização de fontes de água melhorada; (ii) Disponibilização de águas residuais ligadas à instalação sanitária; (iii) Disponibilização de contentores e recolha de lixo; (iv) Escolas com infraestruturas sanitárias, acesso à água potável e sistema de saneamento adequados.	"Utilização de fontes de água melhorada" com níveis próximos da média nacional em todas as regiões	-	-	-	-	≥90% cobertura população alcançada em todas as regiões	1.325.000 ECV
				265.000 ECV	265.000 ECV	265.000 ECV	265.000 ECV	265.000 ECV	
			"Disponibilização de águas residuais ligadas à instalação sanitária" com níveis próximos da média nacional em todas as regiões	-	-	-	-	≥85% cobertura população alcançada em todas as regiões	1.325.000 ECV
				265.000 ECV	265.000 ECV	265.000 ECV	265.000 ECV	265.000 ECV	
			"Disponibilização de contentores e recolha de lixo" com níveis próximos da média nacional em todas as regiões	-	-	-	-	≥80% cobertura população alcançada em todas as regiões	1.325.000 ECV
				265.000 ECV	265.000 ECV	265.000 ECV	265.000 ECV	265.000 ECV	

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
			"escolas com infraestruturas sanitárias, acesso à água potável e sistema de saneamento adequados" com níveis próximos da média nacional em todas as regiões	-	-	-	-	100% cobertura população alcançada em todas as regiões	1.325.000 ECV
				265.000 ECV	265.000 ECV	265.000 ECV	265.000 ECV	265.000 ECV	
Eixo 5 **Cidadania e literacia em saúde**	19. Reforçar a educação em saúde e a sensibilização das comunidades para os temas de cidadania, promoção da saúde e prevenção da doença	19.1. Participar na elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Literacia em Saúde, enquadrado nas orientações do Plano Estratégico do INSP;	Estratégia Nacional de Literacia em Saúde elaborado	Estratégia Nacional de Literacia elaborado	-	-	-	-	165.000 ECV
				165.000 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	0 ECV	
		19.2. Reforçar a realização de ações/ campanhas educativas e de sensibilização, palestras, workshops, etc., com o objetivo de capacitar a comunidade para temas específicos da promoção da saúde e para o exercício da cidadania.	Nº de ações/ campanhas realizadas, por município	≥ 1 ação realizada anualmente, por município	≥ 2 ações realizadas anualmente, por município	≥ 3 ações realizadas anualmente, por município	≥ 3 ações realizadas anualmente, por município	≥ 3 ações realizadas anualmente, por município	26.400.000 ECV
				2.200.000 ECV	4.400.000 ECV	6.600.000 ECV	6.600.000 ECV	6.600.000 ECV	
		19.3. Reforçar a implementação de programas de educação em saúde nas escolas, adaptados às diferentes faixas etárias, abordando as diferentes áreas temáticas da promoção da saúde.	Nº de Iniciativas/ programas de educação implementados nas escolas	-	≥ 1 Iniciativa/ programa de educação implementados, anualmente, em todas as escolas				2.000.000 ECV
				0 ECV	500.000 ECV	500.000 ECV	500.000 ECV	500.000 ECV	
		19.4. Promover a educação para o autocuidado e autogestão da doença crónica, incluindo a utilização de ferramentas digitais.	Nº de ações de autocuidado e auto- gestão das doenças crónicas realizadas nos diferentes níveis de cuidados de saúde	-	≥ 1 ação de educação dirigida aos doentes crónicos, realizada anualmente, nos diferentes níveis de cuidados de saúde				2.000.000 ECV
				0 ECV	500.000 ECV	500.000 ECV	500.000 ECV	500.000 ECV	

Eixo Estratégico	Iniciativa	Atividades	Indicadores	Metas e orçamento					
				2023	2024	2025	2026	2027	Total
	20. Assegurar a disponibilização de informação confiável sobre os diversos temas de saúde e promoção da saúde	20.1. Promover a educação da comunidade sobre formas de pesquisa, avaliação e utilização das informações de saúde disponíveis na internet, permitindo assim que a comunidade tenha acesso a informação fiável e que compreenda os conteúdos de saúde disponibilizados online;	Nº de campanhas de educação realizadas anualmente	≥ 1 ação realizada anualmente	≥ 2 ações realizadas anualmente	≥ 3 ações realizadas anualmente	≥ 3 ações realizadas anualmente, por município	≥ 3 ações realizadas anualmente, por município	6.000.000 ECV
				500.000 ECV	1.000.000 ECV	1.500.000 ECV	1.500.000 ECV	1.500.000 ECV	
		20.2. Conceber, produzir e distribuir material educativo, tal como panfletos, infografias e guias que forneçam informações práticas e facilmente compreensíveis sobre tópicos relevantes da saúde e promoção da saúde	Material educativo elaborado e distribuído de forma generalizada	Distribuição generalizada por todos os municípios de material educativo ≥ 2 vezes por ano					4.500.000 ECV
				500.000 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	1.000.000 ECV	
		20.3. Potenciar a utilização dos recursos tecnológicos para disponibilizar informação e ferramentas interativas que promovam a saúde	Estratégia digital para a promoção da saúde definida e monitorizada ao longo do período	-	Estratégia digital definida	-	-	-	2.816.000 ECV
				0 ECV	1.760.000 ECV	352.000 ECV	352.000 ECV	352.000 ECV	
Total Orçamento				15.925.000 ECV	64.344.285 ECV	61.211.238 ECV	53.901.227 ECV	59.589.687 ECV	254.971.438 ECV

Bibliografia

1- Constitution of the World Health Organization, World Health Organization (OMS/WHO), 1946.

2- Whitehead model of health determinants: 30 years on and still chasing rainbows. Public Health. Dahlgren G, Whitehead M. The Dahlgren. 199:20-24. doi: 10.1016/j.puhe.2021.08.009. Outubro 2021.

3- The Essential Public Health Functions in the Americas: A Renewal for the 21st Century. Conceptual Framework and Description. D.C.: Pan American Health Organization. Washington, 2020.

4- Declaração de Alma-Ata. Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde Alma-Ata, URSS, 6-12 de setembro de 1978.

5- Geneva Charter for well-being, outcomes of the 10th Global Conference on Health Promotion, Switzerland, dezembro 2021.

6- Promoting health in the SDGs: report on the 9th Global conference for health promotion, Shanghai, China, 21–24 novembro 2016.

7- PENCT – Plano Estratégico Nacional para o Controlo do Tabaco 2019-2023, Projeto FCTC 2030 – Cabo Verde (2017- 2021), janeiro de 2019.

8- PNILDCC – Programa Nacional Integrado de Luta contra Drogas e Crimes Conexos 2018-2023, ONUDC, outubro 2018.

9- PNRSDSP – Programa Nacional de Reinserção Social de Dependentes de Substâncias Psicoativas (2017-2020), UNODC, SICAD, outubro 2018.

10- PEMCPLA – Plano Estratégico Multissetorial de Combate aos Problemas Ligados ao Álcool 2016-2020, I Série, Nº 29 «B. O.» da República de Cabo Verde, 18 de abril de 2016.

11- PNASS – Plano Nacional de Ação para a Segurança Sanitária de Cabo Verde 2022-2026, Ministério da Saúde e da Segurança Social, 2017.

12- PE INC “Uma Só Saúde” – Plano Estratégico da Instância Nacional de Coordenação da Abordagem "Uma só Saúde", Cabo Verde 2022-2026.

13- PE INC “Uma Só Saúde” – Plano Estratégico da Instância Nacional de Coordenação da Abordagem "Uma só Saúde", Cabo Verde 2022-2026.

14- PENSM – Plano Estratégico Nacional para a Saúde Mental 2021-2025, Ministério da saúde e da Segurança Social, 2021.

15- Agenda Nacional de Investigação para a Saúde, OMS Cabo Verde, Ministério da Saúde e Segurança Social, outubro 2019.

16- PANLRA – Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Resistência Antimicrobiana 2018-2022, OMS Cabo Verde, Ministério da Saúde e Segurança Social, 2018.

17- PNPS – Plano Nacional de Promoção de Saúde 2018-2021, OMS Cabo Verde, Ministério da Saúde e Segurança Social, 2018.

18- PECS-CPLP – Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP 2023-2027, SNS Portugal, março 2023.

19- PENEASI – Plano Estratégico Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saúde do Idoso 2017-2021, Ministério da Saúde e Segurança Social, maio 2017.

20- PENL-VIH/SIDA – V Plano Estratégico Nacional de Luta contra o VIH/SIDA 2022-2026, Ministério da Saúde e Segurança Social, CCS-SIDA, dezembro 2021.

21- PNSO – Plano Nacional de Saúde Oral 2022-2026, Ministério da Saúde e Segurança Social, Direção Nacional da Saúde, julho 2022.

22- PNAN – Plano Nacional de Alimentação e Nutrição 2021-2025 e Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Ministério da Saúde e Segurança Social, OMS Cabo Verde, dezembro 2020.

23- PMPCDNT – Plano Multissetorial para a Prevenção e Controlo de Doenças Não Transmissíveis 2015-2020, Ministério da Saúde e Segurança Social, junho 2014.

24- PENSICA – Plano Estratégico Nacional para a Saúde Integral da Criança e do Adolescente 2023-2026, Direção Nacional de Saúde, junho 2023.

25- PNIG – Plano Nacional de Igualdade de Género 2021-2025, I Série — Nº 1 «B.O.» da República de Cabo Verde, 5 de janeiro de 2022.

26- ABPNC – Avaliação de Base da Preparação Nacional para Catástrofes, Pacific Disaster Center: PDC Global, 2021.

27- PNADHC – II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania 2017-2022, Nações Unidas Cabo Verde, Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania, 2018.

28- PEDS – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026, Direção Nacional do Planeamento, abril 2022.

29- PENGR – Plano Estratégico Nacional de Gestão de Resíduos (Horizonte 2030), I SÉRIE — Nº 30 «B. O.» da República de Cabo Verde, 21 de abril de 2016.

30- PENAS – Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (Horizonte 2030), I Série — Nº 13 «B. O.» da República de Cabo Verde, Resolução n.º 10/2015, 20 de fevereiro de 2015.

31- A New Global Partnership: Eradicate Poverty and transform economies through sustainable development. The report of the High Level Panel of Eminent Persons on the Post-2015 Development Agenda, Organização das Nações Unidas (ONU), maio 2013.

32- Censos 2021, Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde.

33- Censos 2010, Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde.

34- Estimativas de Pobreza 2016-2022, Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde.

35- Agregados familiares com sistema de evacuação de águas residuais ligado à instalação sanitária, Censos 2021, Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde.

36- Agregados familiares segundo o principal modo de evacuação de resíduos sólidos, Censos 2021, Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde.

37- Alojamentos familiares segundo a existência de água canalizada da rede pública, Censos 2021, Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde.

38- Agregados familiares com acesso à eletricidade e utilização de gás/eletricidade para cozinhar, Censos 2021, Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde.

39- Relatório Estatístico 2020, Ministério da Saúde e da Segurança Social, fevereiro de 2022.

40- II Inquérito Nacional sobre os Fatores de Risco das Doenças Não Transmissíveis, 2020.

41- Resultados Preliminares do Recenseamento Geral do Desporto 2022, Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde, 2023.

42- Suicide worldwide in 2019: global health estimates. Geneva: World Health Organization, 2021.

43- PECS – Plano Estratégico Cidades Saudáveis, ANMCV, 2019.

Abordagem metodológica

Para a preparação do PNPS 2023-2027, foi adotado um processo participativo com a auscultação de diversos parceiros públicos, privados e da sociedade civil, assim como a consulta e análise de um conjunto de informações e documentos no âmbito das políticas de promoção da saúde e seus determinantes.

Foram realizados encontros presenciais com as equipas de projeto e parceiros, assim como um Atelier de validação e recolha de contributos.

Fases dos trabalhos

O processo desenvolveu-se em 3 fases, que consistiram i) na preparação das metodologias e constituição da equipa, ii) avaliação do nível de cumprimento do PNPS 2018-2021 e iii) elaboração do PNPS 2023-2027.

Na elaboração do PNPS 2023-2027, foram consultados diversos documentos estratégicos nacionais e internacionais e auscultado um conjunto alargado de entidades, através da realização de entrevistas, visitas de terreno e realização de ateliers de validação, num processo progressivo de incorporação de contributos em diferentes versões que conduziram à elaboração do documento final:

Versão Zero:

Foi elaborada a versão Zero com base na consulta e análise da documentação, bem como nos encontros de terreno, abrangendo:

- Caracterização da situação atual da promoção da saúde no país, tendo em conta a avaliação do PNPS do período anterior.
- Objetivos do Plano Nacional de Promoção da Saúde 2023-2027, identificação dos eixos estratégicos de intervenção e a definição das principais iniciativas em cada eixo estratégico.

Nesta fase foram realizados 24 encontros nos quais participaram representantes das seguintes entidades: INSP – Instituto Nacional de Saúde Pública; OMS – Organização Mundial da Saúde; DNS – Direção Nacional de Saúde ; MS - Ministério da Saúde – Direção do Serviço de Planeamento, Seguimento e Avaliação; CCAD – Comissão de Coordenação do Álcool e outras Drogas; ERIS – Entidade Reguladora Independente da Saúde; Escritório Conjunto do PNUD, UNFPA e UNICEF; ONUHABITAT; Cidades Saudáveis; Plataforma das Organizações da Sociedade Civil; Cruz Vermelha de Cabo Verde; DNA – Direção Nacional do Ambiente; DNP– Direção Nacional do Planeamento; ANAS – Agência Nacional de Água e Saneamento; DGASP – Direção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária; INIDA – Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário; UniCV – Universidade de Cabo Verde; UniPiaget – Universidade Jean Piaget de Cabo Verde; Região Sanitária Santiago Norte (Direção); Região Sanitária Santigo Norte (visita estrutura de saúde CSP); IDJ – Instituto do Desporto e da Juventude

Esta versão foi objeto de análise e obtenção de contributo por parte da Comissão de Seguimento.

Versão Um:

A versão 1 foi elaborada com base na recolha e incorporação de contributos sobre a versão Zero, tendo sido complementada com um plano de ação e seguimento dos eixos estratégicos, incluindo a estratégia e matriz de implementação, indicadores e metas.

Nesta etapa foram recolhidos contributos adicionais da Comissão de Seguimento e dos parceiros, convidados a participar durante 2 dias no Atelier de Socialização e validação do PNPS.

No Atelier participaram mais de 20 intervenientes que incluíram, para além do INSP, as seguintes entidades: OMS – Organização Mundial da Saúde, MS - Ministério da Saúde/DNS-Direção Nacional de Saúde; ERIS – Entidade Reguladora Independente da Saúde; ANAS – Agência Nacional de Água e Saneamento; CCAD – Comissão de Coordenação do Álcool e outras Drogas. CCS SIDA; ONU DC;

UniPiaget – Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Versão Dois:

A versão 2 foi elaborada com base na recolha e incorporação de contributos sobre a versão 1 trabalhado no Atelier realizado, tendo sido complementada com os contributos discutidos em trabalhos de grupos e apresentados em plenária.

Esta versão foi ainda validada pela Comissão de Seguimento e outros parceiros.

Versão Final:

Por fim foi elaborada a versão final do PNPS 2023-2027, incorporando as análises, discussões e contributos recebidos no decurso das diversas fases ao longo do processo.

O Plano Promoção Saúde do INSP 2023-2027 foi aprovado pelo Conselho de Administração do Instituto Nacional de Saúde Pública.

Maria da Luz Lima Mendonça - Presidente
Júlio Monteiro Rodrigues – Administrador Executivo
Edna Duarte Lopes – Administradora não Executiva

Organização Mundial da Saúde
Cabo Verde